

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

VALDIANE MARIA DE LIMA FRANCO

***POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A
REALIDADE EM SALA DE AULA***

Universidade Federal de Uberlândia

Uberlândia/MG, Julho/2001

VALDIANE MARIA DE LIMA FRANCO

***POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A
REALIDADE EM SALA DE AULA***

Monografia apresentada ao Curso de
História, da Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito parcial à
obtenção do título de bacharel em História.
Orientador:

Universidade Federal de Uberlândia

Uberlândia/MG, Julho/2001

Dissertação defendida por Valdiane Maria de Lima Franco e aprovada, em 02 de julho de 2001, pela banca examinadora constituída pelos professores:

Prof. M. Gizelda Costa da Silva Simonini

Prof. M. Maria de Fátima Ramos de Almeida

Prof. Dra. Maria Vieira Silva

Agradecimentos:

À Deus, que muitas vezes foi meu refúgio e minha fortaleza.

Aos meus pais, Vivaldo Fernandes e Ana Maria, que incentivaram e deram força para que eu progredisse em minha jornada. Mesmo não frequentando a academia, souberam valorizar a importância desta.

E aos outros familiares, dentre esses, minhas irmãs: Valéria e Valdirene, minha filha Lara e seu papai Jacob; vovó e vovô que torceram por mim e que me deram muita força para que eu não desistisse.

Agradeço aos colegas da academia que de certa forma acompanharam o meu desenvolvimento e caminharam junto comigo dividindo aspirações, sonhos e desejos.

À professora Gizelda Simonini que me orientou durante todo o trabalho monográfico, dividindo comigo angústias e alegrias. Que soube acompanhar o meu desenvolvimento sem “atropelar” meus passos.

Aos diretores, professores e pais que concederam entrevistas bem como expressaram suas opiniões à respeito do tema trabalhado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
-----------------	----

CAPÍTULO 1

A educação brasileira e sua caminhada	08
---	----

CAPÍTULO 2

A nova LDB (9394/96) e as mudanças ocorridas na educação	30
---	----

2.1 – Proposta do MEC para o plano Nacional de Educação	36
---	----

2.1 Realidades e Depoimentos	46
------------------------------------	----

CAPÍTULO 3:

O dia-a-dia escolar	74
---------------------------	----

3.1 O que nos resta fazer?	86
----------------------------------	----

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
---------------------------	----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	93
---------------------------------	----

ANEXO 1

Metas do Plano Nacional de Educação Elaborado pelo MEC 96

ANEXO 2:

Metas do ensino fundamental 102

ANEXO 3:

Etapas da Construção do projeto pedagógico 108

ANEXO 4:

O Sistema de Ciclos na Escola Sagarana 111

INTRODUÇÃO

A escola hoje é um local onde as crianças passam parte de seu dia, vivenciam determinadas situações, se socializam. Pra mim, a escola faz parte de minhas obrigações e responsabilidades, pois atuo na educação há 09 anos.

Á partir daí venho percebendo que está mais difícil de trabalhar. Percebo um desânimo muito grande por parte do corpo escolar, quando falo do corpo não me refiro apenas aos docentes, mas também da equipe pedagógica, administrativa e também do corpo discente. Por isso comecei a indagar quais os motivos dessa descrença. Será que a escola mudou? Será que os professores não são tão importantes quanto os de antigamente? Cadê a nossa escola, nossos mestres, aqueles que eram respeitados por todos os alunos, pais e pela sociedade em geral?

Essa situação é muito preocupante, pois comecei a perceber que a Educação esta mudando, que os papéis estão mudados. As leis são outras, a realidade é outra, e os profissionais estão jogados num lamaçal, atolados, tentando sobreviver a tudo, tentando não se sufocar com as políticas educacionais adotadas que arrebatam com o trabalho do profissional, leis e discursos que não retratam a realidade e que são colocadas como verídicas e apresentam a educação como algo primoroso.

Dessa forma comecei analisar as leis adotadas e senti que o quadro da educação é pior do que imaginamos. Nesse sentido, optei por analisar essas medidas tomadas pelos nossos governantes e verificar se realmente esta educação fantasiosa está ocorrendo, ou se somos (professores) realmente

incapazes de estarmos formando cidadãos participativos como prega a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) ¹

Ao analisar o meu cotidiano percebi que as condições de trabalho estão muito precárias. Precárias em todos os sentidos, na falta de material para desenvolver qualquer tipo de atividade, no estímulo aos professores, no apoio pedagógico, nas estratégias utilizadas para solucionar os problemas dentro e fora da sala como a violência que é reflexo do meio social em que vivemos, da definição de qual é o papel da escola hoje. Ainda temos junto a essa problemática a mídia que ressalta que a educação é tudo, educação para todos, merenda escolar de qualidade, ensino de qualidade, entre outros meios propagandísticos que elevam a educação num patamar qualitativo muito elevado.

O problema maior é que não consigo detectar esse padrão qualitativo no meu cotidiano. Por isso resolvi fazer uma análise das leis que permeiam a educação dentre elas a nova LDB, número 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) na qual faz importantes mudanças na vida escolar de cada instituição e a partir daí pretendo investigar como cada instituição adota essa lei e se organiza para cumpri-la.

Juntamente com as análises da lei, estarei acompanhando o trabalho desenvolvido em duas escolas diferentes de Uberlândia. Uma da rede municipal e outra estadual. Nessa escolas analisarei todo o processo de adequação às novas leis, as condições de trabalho de cada escola, ou seja, a infra-estrutura de cada uma e como essas são utilizadas para o bom aproveitamento do aluno, as verbas recebidas do governo e como essas são

¹ BRASIL, "Lei n 9394, de 20.12.96, Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional", in *Diário Oficial da União*, Ano CXXXIV, Nº248, DE 23.12.96, PP. 27.833 – 8D I, 1996.

aplicadas no desenvolvimento da instituição e ainda do ensino, como a população esta participando do projeto pedagógico e administrativo, haja vista que a nova LDB abrem as portas para a comunidade, e ainda como anda a formação dos futuros cidadãos brasileiros bem como dos professores que atuam na educação.

A escola da rede municipal se localiza numa área de classe média baixa no bairro Tubalina e atende uma clientela bastante diversificada pois se localiza entre bairros Jaraguá, Planalto, Cidade Jardim, Jardim Patricia onde nesses oscilam muito a qualidade de vida das pessoas que acabam por interferir no trabalho da escola. Essa escola é uma escola recente que possui por volta de 6 anos de existência , atende somente da pré escola até a 4ª série do ensino fundamental.

A escola da rede estadual se localiza no bairro Jardim das Palmeiras, situando se entre os bairros São Lucas, Jardim Canaã, Nova Uberlândia e antigo Santo Inácio (hoje esses bairro se anexou ao Jardim das Palmeiras) e atende uma clientela da classe média baixa. A escola é antiga possui por volta de 20 anos e atende da 1ª à 8ª série do ensino fundamental.

Esse acompanhamento será realizado através da análises dos documentos que cada instituição possui como gráficos, atas, pautas de reuniões, diários, caixa escolar, verbas recebidas, investimentos realizados na escola, participação da comunidade em benfeitorias para a escola. Juntamente com esse acompanhamento estarei analisando os programas elaborados pelo MEC, as leis da LDB e ainda verificar as possibilidades e as viabilidades desses estarem desenvolvendo as propostas.

Ao mesmo tempo utilizarei as fontes orais. Entrevista com professores que estão em contato com o aluno, executando tarefas, vivenciando os problemas, rejeitando metodologias, debatendo os problemas educacionais...enfim aquele que diariamente enfrenta os problemas da educação. Procurarei verificar como estão seguindo as orientações das diretrizes, os programas, as leis, a viabilidade de execução dessas leis e como ajudam no desenvolvimento das atividades docentes.

Após analisar as referidas leis na qual a nossa educação está inserida, conversar com professores e identificar o cotidiano escolar é que poderei perceber se realmente a nossa prática educacional está sendo executada com eficácia, como a nossa educação está a partir da lei. Com esse parâmetro é que conseguiremos analisar se temos falhas, quais as falhas, como podemos ajudar a combater os problemas, como podemos agir para mudar os quadros existentes, enfim é preciso num primeiro momento, realizar este estudo para poder a posteriori fazer com embasamento essas análises para discutir o assunto.

O estudo acerca da educação brasileira nos leva a repensar toda a estrutura da sociedade, ou seja como se dão suas formas de hierarquização e a realidade da sociedade brasileira. A partir dessas análises, nos remetemos para a problemática das relações de poder e educação, conceitos fundamentais para a compreensão da sociedade.

A leitura do livro de Patrice Canivez- Educar o cidadão?² Serviu para indagar ainda mais a problemática vivida dentro da sala de aula. O autor faz alguns questionamentos sobre o que é ser um cidadão, da forma como as

² CANIVEZ, Patrice. Educar o cidadão? Campinas, SP: Papirus, 1991. (Coleção Filosofar no Presente)

peças participam da vida política, das decisões governamentais, como opinam e como lutam por melhorias na qualidade de vida de cada cidadão. Junto a esses questionamentos, ressalta o papel da escola na formação do cidadão crítico e consciente.

A partir desses questionamentos é que consigo delinear o meu tema de estudo, haja vista que pretendo fazer uma análise de como as políticas educacionais tomadas pelos governos intervêm no cotidiano escolar, como as normas/leis são colocadas em sua amplitude e que representam à comunidade uma igualdade entre todos, mas que na realidade falseiam uma democracia não existente.

Para dar ênfase ao trabalho utilizarei também autores como Paulo Freire³ que enfatiza as relações entre professor e aluno dentro da instituição e o papel do professor enquanto intermediador de uma relação que prepara as crianças para formularem suas críticas.

Revistas como a Nova Escola⁴ que traz reportagens de como os novos profissionais devem fazer para se adaptarem as novas metodologias e dicas de como fazer para que suas aulas sejam interessantes e prendam a atenção dos alunos.

Esse trabalho será também pautado em outros autores como: Demerval Saviane – Da Nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: Por uma política educacional⁵ Eurides Brito da Silva – A educação pós LDB⁶ Otaíza

³ FREIRE, Paulo: Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e terra, 1996.

⁴ NOVA ESCOLA- A revista do professor: “ Competências : prepare seus alunos para as exigências do mundo” Ed: Abril. Ed. 135ª. setembro 2000.

⁵ SAVIANE, Demerval. Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

⁶ SILVA. Eurides Brito. A educação pós LDB. SP: Pioneira, 1998.

Romanelli – História da Educação no Brasil.⁷ Geraldo Roberto de Paiva Dornas– Diretrizes e bases da Educação Nacional; comentários e anotações.⁸ E ainda alguns documentos lançados pelo MEC como: Construindo a escola cidadã⁹, Reflexões sobre a educação no próximo Milênio¹⁰ e relatório: Educação- um tesouro a descobrir.¹¹ entre outros autores que apresentam suas pesquisas e reflexões sobre o processo educacional no Brasil. O trabalho terá também como referência artigos publicados sobre a educação, jornais e revistas em geral.

A partir dessas fontes, acredito que poderei desenvolver um trabalho de monografia não só de aprovação final de curso, como também para entender melhor as políticas educacionais adotadas pelos governos e em que estas beneficiam, dificultam ou atrapalham o cotidiano escolar e a realidade em sala de aula bem como contribuir para o processo de melhoria da educação haja vista que este proporcionará compreensão do processo educacional e a partir daí possibilitará a tomada de decisões que permitam agir de acordo com as possibilidades existentes e contrapondo com o desejo das autoridades educacionais.

O trabalho consta de três capítulos na qual o primeiro capítulo “ a educação brasileira e a sua caminhada” e aborda a questão das leis anteriores a nova LDB , como estava o ensino , as dificuldades e as incoerências da leis

⁷ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil (1930-1973)Petrópolis: Vozes,1978.

⁸ DORNAS, Roberto Geraldo de Paiva. Diretrizes e bases da educação nacional; comentários e anotações. Editorial,1997.

⁹ SALTO PARA O FUTURO: Construindo a escola cidadã, projeto político – pedagógico/Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, SEED, 1998.

¹⁰ SALTO PARA O FUTURO: Reflexões sobre a educação no próximo milênio/ Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, SEED,1998.

¹¹ EDUCAÇÃO, um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez. Brasília. DF. MEC UNESCO, 1998.

anteriores. No segundo capítulo “ A nova LDB e as mudanças ocorridas “ traz as novas mudanças na educação bem como a situação da escola e os depoimentos dos professores que atuam na educação, já no terceiro e último capítulo: o dia-a-dia escolar” faço um comentário da realidade encontrada e sugiro algumas atitudes que possam vir a melhorar a educação.

II CAPÍTULO: EDUCAÇÃO BRASILEIRA E SUA CAMINHADA

Após realizar um “passeio” pela história da educação podemos perceber que esta passou por várias mudanças até chegar na situação em que se encontra atualmente. As conquistas alcançadas, sempre estiveram condizentes com a realidade histórica do momento. A educação passou por grandes conquistas como a gratuidade, laicidade, a renovação cultural, a educação destinada a todos, fato que anteriormente era privilégios de uma minoria preferencialmente ricos ou filhos de nobres.

Desde o advento da revolução industrial, com o avanço das técnicas para o manuseio das máquinas, faz-se necessário voltar um pouco mais para as escolas no intuito que estas se adequassem ao mercado e investissem em seus alunos técnicas que fossem capazes de mantê-los no mercado de produção ou seja, que esses novos alunos tivessem condições de corresponder às novas necessidades do mercado . Para isso era preciso

“derramar no velho odre da escola desinteressada o vinho novo dos conhecimentos profissionais, criando várias escolas não só de sermocinales, mas reais, isto é, de coisas de ciências naturais: em suma a escolas científicas, técnicas e profissionais”¹².

Dessa forma, percebemos que a educação está ligada com a realidade em que vivemos em nosso país. Ou seja, se precisamos de pessoas capacitadas para o mercado, o papel da educação logo é de capacitar as pessoas para esse mercado. A educação está muito próxima não só das necessidades da nossa sociedade como também dos políticos e de suas necessidades politiqueras ou

¹² MANACORDA, M. História da educação: da antiguidade aos nossos dias. S.P: Cortez, 1989.

seja, eles utilizam a educação, assim como outros setores, para representar em partes os anseios da população, deixam transparecer que suas atitudes são exclusivamente em prol desta mas se formos analisar veremos que por trás de suas atitudes possuem uma série de interesses que no futuro se reverterão em vantagens políticas.

Com base nessas necessidades politiqueras é possível perceber que o desejo do Estado é manter os alunos no patamar de ignorância em que se encontram. Notamos que falta por parte das escolas o interesse pelos conhecimentos gerais, pelo trabalho intelectual do aluno. Percebemos que as escolas desejam apenas preparar para o mercado de trabalho, falhando no preparo intelectual.

É possível observar que as crianças estão inertes ao conhecimento, à crítica, nesse sentido mudanças são necessárias. Nas palavras de Marx a escola não precisa ser um baluarte em defesa da ordem estabelecida, nem mesmo arma para revolucionar a sociedade, mas a escola é o local onde podemos aprender a pensar, desenvolver uma compreensão vivencial da democracia. Nós vivemos num dilema que requer muita habilidade, principalmente do professor que representa a “autoridade máxima” dentro de sala, onde muitos são realmente os “donos” da sala e a democracia fica para um segundo plano. Agora como “ensinar” a democracia se nem nós mesmos sabemos como?

Ao falarmos sobre democracia logo estaremos falando em estado, em normas, enfim em como se dá essas relações entre escola e política, como as escolas estão se enquadrando dentro das normas estabelecidas, como seguem essas normas, bem como as possibilidades destas serem cumpridas.

É bom lembrarmos que há vários fatores que estão ligados à educação. Dentre esses, podemos citar a economia que interfere na evolução, organização e investimentos voltados para nossa educação, pois pode criar uma demanda de recursos humanos que devem ser preparados pela escola de acordo com suas necessidades.

A evolução da cultura também é outro fator, sobretudo a cultura letrada. Pois percebemos que é de acordo com a herança cultural que a população vai adquirindo conhecimento e informação e é a partir do desejo da população que a escola se posiciona. Os objetivos perseguidos na escola por essa demanda social de educação estão diretamente relacionados com o conteúdo que a escola passa a oferecer. Podemos então dizer, que a escola age de acordo com as necessidades extra escolar.

Outro fator que merece muita atenção é o político. A forma como se organiza o poder e como se relaciona com as organizações de ensino. Num primeiro momento, porque o legislador é sempre o representante dos interesses políticos da camada ou facção responsável por sua eleição e atua segundo esses interesses ou segundo os valores da camada que ele representa. Isso é muito sério, pois precisamos lembrar que nossos políticos não são pagos para representarem as camadas sociais a que pertencem, mas para legislarem de acordo com as necessidades da população em geral.

Podemos perceber que a educação por si própria não caminha. Temos uma série de fatores que direta ou indiretamente estão ligados à nossa educação. Como citamos anteriormente, tanto a economia, como a cultura e a política interferem no processo educacional. Notamos que não depende exclusivamente da educação mas também da cultura, da sociedade e

principalmente da economia . E se todos esses setores atuassem de acordo com as necessidades básicas da educação esta poderia acontecer de forma mais produtiva e assim poderia alcançar seus objetivos, que é principalmente o de formar cidadãos participativos, conscientes, democráticos e críticos.

No Brasil, após 1930 a educação sofreu uma expansão quantitativa jamais vista devido ao desenvolvimento econômico especialmente à industrialização ocorrida no país. Nesse período houve um investimento no setor industrial que por sua vez necessitava de mão de obra para trabalhar na indústria, porém era necessário pessoas qualificadas para desenvolverem determinadas tarefas. Sendo constatado a distância entre os produtos acabados oferecidos pela escola e aquilo que o mercado exigia.

Dessa forma, algumas mudanças foram necessárias no ensino, mas isso foi devido à pressão sofrida pelo crescimento industrial do momento. Mesmo ocorrendo algumas mudanças no campo educacional, essas se detiveram ainda pela *“inelasticidade da oferta, pelo baixo rendimento do sistema escolar e por seu acentuado aspecto de discriminação social... Essa expansão sofreu deficiências de caráter estrutural, porque tanto em relação à demanda quanto em relação à oferta ela se processou em direção oposta àquela exigida pelo desenvolvimento brasileiro”*¹³

Percebemos então que a educação e o desenvolvimento no Brasil se acham vinculados às condições políticas geradas pelas lutas “entre várias facções das camadas dominantes na estrutura de poder... Esse vínculo se

¹³ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil (1930 – 1973) Petrópolis: vozes, p.126,1978.

*evidencia pela organização do ensino que essas facções conseguiram impor à sociedade através da legislação do ensino*¹⁴

Com o crescimento econômico em 1930, faz-se necessária algumas mudanças no campo educacional no Brasil. Nesse sentido a educação passa por algumas mudanças nas quais farei algumas referências.

A reforma da educação de Francisco Campos efetivou uma série de decretos tais como: 1 Decreto nº. 19.850 - de 11 de abril de 1931: cria o conselho Nacional de Educação. 2 Decreto nº. 19.851 - de 11 de abril de 1931: Dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário. 3 Decreto nº. 19.852 - de 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 4 Decreto nº. 19.890 - de 18 de abril de 1931: Dispõe sobre a organização do ensino secundário. 5 Decreto nº. 20.158 - de 30 de junho de 1931: Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. 6. Decreto nº. 21.241 - de 14 de abril de 1932: Consolida as disposições sobre a organização do Ensino Secundário.

Essa reforma foi importante pelo fato de ter sido imposta em todo território nacional realizando uma ação mais objetiva do Estado em relação à educação. Porém, a reforma deixou marginalizados os ensinos primários e normal e os vários ramos do ensino médio profissional, salvo o comercial. A reforma dava prioridade ao sistema educacional das elites ao mesmo tempo que exigia a obrigatoriedade de se prestar exames de admissão ao ensino médio sendo que os conhecimentos exigidos nesses exames, não eram oferecidos pela escola primária. Dessa forma ao invés de facilitar dificultou o acesso de um sistema para outro.

¹⁴ Ibidem .127-128.

A reforma enfim contribuiu para que a estrutura do ensino se tornasse ultrapassada, em certos aspectos, pois: não conseguiu eliminar a velha concepção liberal – aristocrática relativa à educação voltada para as carreiras liberais; não se preocupou com a implantação efetiva de um ensino técnico e científico; implantou uma estrutura de ensino altamente seletiva, dada a rigidez dos critérios de equiparação de escolas (estaduais e particulares) – que acabam por conter a matrícula em limites estreitos – e a oficialização de um esquema de avaliação arcaico, rígido e exagerado, quanto ao número de provas e de exames, o qual muito contribuiu para o baixo grau de retenção dos alunos nas escolas.

Notamos que o ensino primário neste período, não recebeu nenhuma atenção especial do governo central, estando ligados às instituições dos estados e sujeitos às condições destes para legislar e inovar: devido a esse desligamento, originava-se uma desorganização completa no Estado, já que esse agia de acordo com sua própria política.

Em 1946, logo depois da queda de Getúlio Vargas, foi promulgado o decreto-lei nº.8529. Esse decreto cuidava de traçar diretrizes, para o ensino primário, para todo o país. Como as leis anteriores, esse decreto-lei também foi chamado Lei Orgânica de Ensino Primário. Ele aparecia num momento de crise política, gerada pela substituição do regime que implantara O Estado Novo por um regime de volta a normalidade democrática.

Os artigos de 2 a 9 deram estrutura ao ensino primário, a partir de então ficou subdividido em duas categorias:

- a) o ensino primário fundamental, por sua vez, ainda dividido em elementar, de 4 anos de duração, e primário complementar, de um ano apenas, destinados a crianças de 7 a 12 anos;
- b) o ensino primário supletivo, de 2 anos, destinado à educação de adolescentes e adultos que não receberam esse nível de educação na idade adequada.

A organização do ensino primário e supletivo , cujas classes passaram a funcionar em 1947, contribuiu efetivamente para a diminuição da taxa de analfabetismo, demonstrando um aspecto positivo da lei.

Com o passar dos anos, em 1961 surge uma nova Lei a 4024 de 20 de dezembro de 1961 onde de forma geral mantém a estrutura geral do ensino ou seja:

- 1 Ensino primário; composto de escolas maternas e jardins de infância;
- 2 Ensino primário de 4 anos, com chance de ser acrescido de 2 anos mais com programa de artes aplicada.
- 3 Ensino médio, subdivido em dois ciclos: o ginásial de 4 anos e o colegial de 3 anos, ambos por sua vez compreendendo o ensino secundário e o ensino técnico.

Em essência, a lei nada mudou. A vantagem talvez esteja no fato de não ter prescrito um currículo fixo e rígido para todo território nacional, em cada nível e ramo, dessa forma a lei quebra a rigidez e o certo grau de descentralização e deixa uma abertura para os estados anexarem disciplinas optativas ao currículo mínimo estabelecido pelo Conselho Federal de Educação. Essa abertura se fazia necessária, mas na verdade foi timidamente ensaiada.

Devemos levar em conta que são necessárias pequenas mudanças para poder se efetivarem as grandes. Entre leis e decretos desse período se desenvolveram lutas de cunho ideológico em torno dos problemas educacionais. Essas lutas tiveram seu ponto culminante no início da década de 30, quando foi retomada a questão, por causa do conteúdo das reformas educacionais que começava a ser implantadas em alguns estados e por causa dos princípios abraçados pelo movimento renovador da educação que tinham dado ênfase à necessidade da permanência da laicidade do ensino. Além da laicidade, o movimento renovador reivindicava a institucionalização da escola pública e sua expansão, assim como a igualdade de direitos dos dois sexos à educação. Estes três aspectos – laicidade, obrigatoriedade do Estado de assumir a função educadora e a coeducação –. Constituíram o pomo da discórdia entre educadores.

Dois grupos se definiram: o dos que promoviam e lideravam as reformas e o movimento renovador, e os que, em sua maioria católicos, combatiam sobretudo os três aspectos acima citados. A igreja Católica, que até então monopolizava o ensino no Brasil, estava desde a proclamação da República, agastada com a laicidade do ensino. Agora com o movimento renovador que reivindicava mudanças, principalmente em torno da necessidade de se implantar efetivamente o ensino público, de âmbito nacional obrigatório e gratuito, ela se via ameaçada de perder o monopólio.

Vê-se, portanto, que a luta ideológica travada não se revestia apenas de caráter religioso: estava também mesclada de aspectos políticos e econômicos. De um dos lados estavam os partidários das teses católicas, logo identificadas pelos reformadores como partidários da escola tradicional e,

portanto, partidários também da velha ordem. O perigo representado pela escola pública e gratuita consistia não apenas no risco de esvaziamento das escolas privadas, mas consistia sobretudo no risco de extensão de educação escolarizada a todas as camadas, com evidente ameaça para os privilégios até então assegurados às elites. Insurgindo-se contra as reivindicações do movimento renovador, a igreja Católica tomou o partido da velha ordem e, com isso, a educação tradicional.

As lutas que se desenrolavam no seio das Conferências Nacionais de Educação refletiam, assim no setor educacional e quando o Governo solicitou a elaboração de diretrizes para uma política nacional de educação houve tanta polêmica em torno do ensino leigo e da escola pública que não houve clima para continuar as discussões que se fizeram bastante acirradas, onde ficou configurada a falta de uma definição objetiva do que era e do que pretendia o movimento renovador. Foi então que os líderes desse movimento resolveram precisar seus princípios e torná-los público através de um documento denominado “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)”¹⁵.

De forma geral, o Manifesto reivindica uma ação firme e objetiva do Estado, no sentido de assegurar escola para todos, contestando a educação como privilégio de classe, sem, contudo, recusar a contribuição da iniciativa particular, cujo controle não deve o Estado abrir mão. Ainda reivindica a laicidade do ensino público, a obrigatoriedade e a co-educação. Reconhecendo

¹⁵ O Manifesto, elaborado por Fernando de Azevedo e assinado por 26 educadores, líderes do movimento de “renovação educacional” prega a importância da educação estar interligada com o desenvolvimento, pois para que este ocorra é necessário que a evolução do sistema cultural também se desenvolva. Por isso é necessário o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões, a invenção e a iniciativa que são fatores fundamentais no processo de acréscimo de riquezas da sociedade. Esse Manifesto tem por objetivo imprimir uma direção mais firme ao movimento renovador e defini-lo mais objetivamente; opõe-se às reformas parciais e coloca a necessidade de se construir e aplicar um programa de reconstrução educacional de âmbito nacional.

pertencer ao cidadão o direito vital à educação, e ao Estado o dever de assegurá-la de forma que ela seja igual, portanto, única, para todos quantos procurem a escola pública. Por fim completa o elenco de reivindicações solicitando autonomia para a função educativa e descentralização do ensino.

No período de 1964 a 1982, o Brasil sofreu com os governos militares no poder, que desde 1964, quando se instaura o golpe, dirigiu o país de forma autoritária, repressiva e violenta. Nesse governo o autoritarismo traduziu-se pela tentativa de controlar e sufocar amplos setores da sociedade civil, intervindo em sindicatos, reprimindo e fechando instituições representativas de trabalhadores e estudantes, extinguindo partidos políticos, bem como pela exclusão do setor popular e dos seus aliados da arena política.

Esse período também se consolida com a realização de reformas institucionais, inclusive no campo da educação que visava essencialmente à reprodução da força de trabalho (mediante a escolarização e qualificação); à formação dos intelectuais (em diferentes níveis); à disseminação da “concepção de mundo” dominante (com vistas a contribuir para a legitimação do sistema político e da sociedade estabelecida); à substituição de tarefas afetas a outras atividades sociais, cujas funções foram prejudicadas pelo desenvolvimento capitalista (como por exemplo: a adoção de creches como forma de possibilitar a permanência no mercado da força de trabalho feminina), além da evidente regulação do requisitos necessários ao funcionamento do sistema educacional.

Cabe nos observar o lugar, o sentido e a importância que o regime militar concede a educação. *“Podemos caracterizar o Regime como uma ditadura sem hegemonia, no sentido adotado por Gramsci (1977), ou seja, é*

um braço do Estado - as forças armadas. Trata-se de dois grupos que têm a função de domínio e não de direção, o que traduz , portanto num regime político em que a função de domínio(coerção-repressão) se sobrepõe enormemente à função de direção(cultural-intelectual) ou de hegemonia”¹⁶.

Mas isso não ocorria de forma clara, pois, tanto o Estado militar como o Estado democrático necessitam de bases de legitimação, da aceitação de pessoas que compõem as classes intelectuais, médias e populares para efetivarem seu trabalho de forma que melhor lhe convém. Neste período, percebemos os apelos constantes do Estado em favor à democracia e a liberdade, enquanto que estas eram golpeadas por eles. Havia também a proclamação da erradicação da miséria social, enquanto que suas práticas concorriam para manter ou aumentar os índices de pobreza, assim como um discurso favorável à erradicação do analfabetismo, a valorização e a expansão da educação escolar, mas na realidade o setor educacional era penalizado com a repressão política

O Estado perseguia alunos e professores que se mostravam contrários ao regime, essa repressão se caracterizava pelo controle político e ideológico do ensino, visando eliminação do exercício da crítica social e política com o intuito de concluir o projeto de dominação do Estado. Para alcançar esses fins, o Estado leva a educação à própria negação da razão e até ao terrorismo cultural. Nas palavras do coronel Darcy Lázaro, ao comandar a invasão de Brasília são elucidativas: “ *Se esta história de cultura vai nos atrapalhar a endireitar o Brasil, vamos acabar com a cultura durante 30 anos*” (in: Germano: 1989-21)

¹⁶ GERMANO, José Willington. Estado e Educação no Brasil (1964-1985), Campinas: Cortez. 2ª ed. p.102.

Outro fator que merece destaque neste período é que a educação se subordina ao capital humano, ou seja tenta estabelecer uma relação direta, imediata e mesmo de subordinação da educação à produção. Assim o referencial adotado pelo planejamento educacional, pelo menos até o II Plano Setorial da Educação, cultura e desporto, tem como um de seus corolários os pressupostos oferecidos pela economia da educação. *“A economia da educação pretende esclarecer determinado nível de renda ou de crescimento através dos efeitos do sistema educacional, enquanto o planejamento educacional defronta-se com a questão relativa a que tipo e que quantidade de capital humano deve ser produzido caso a política queira atender a determinada demanda ou objetivos de crescimento”*.¹⁷

Vimos que o regime visava o controle político e ideológico da educação escolar em todos os níveis, estabelecendo uma relação direta entre educação e produção capitalista que aparece mais evidente na reforma do 2º grau, através da pretensa profissionalização, o incentivo à pesquisa vinculada à acumulação de capital, descomprometimento com a educação pública e gratuita, concorrendo decisivamente para a corrupção e privatização do ensino, transformando-o em negócio rentável, subsidiado pelo Estado. Assim, o regime delega e incentiva a participação privada na educação e desqualifica a escola pública de 1º e 2º graus.

No ano de 1971, ocorre a sanção da lei 5692/71, que se refere ao ensino primário e médio. Neste período a repressão se encontra no ápice, na qual conseguiu um maior grau de consenso e de legitimação social. O clima que reinava no Brasil se caracterizava por combinação de medo do Estado e de euforia em decorrência do crescimento econômico. Nessa perspectiva, a lei foi

¹⁷ Ibidem, 105.

recebida com entusiasmo pelos educadores e aprovada no Congresso Nacional e 11 de agosto de 1971, não ocorrendo vetos por parte do presidente da República, fato raro na legislação educacional no Brasil.

A nova lei preservou o espaço do ensino religioso¹⁸, amparo técnico e financeiro à iniciativa privada¹⁹ e estabeleceu percentuais mínimos que a União deveria destinar obrigatoriamente à educação.

Nesse sentido, não houve espaço para a atuação dos grupos de pressão, pois de um lado os interesses privatistas foram contemplados e de outro os partidários da escola pública e da ampliação de verbas para a educação estavam desarticulados e destroçados, incorporados a outras formas de lutas, com vistas à derrubada do regime ou ainda de adesão à reforma.

Na época, boa parte das lideranças estudantis, dos intelectuais que pertenciam a esquerda e ainda, em escala menor, os operários e os camponeses²⁰, haviam se agrupado, no período de 1969-1971, na luta armada contra a ditadura em favor de uma revolução que viesse a libertar nacionalmente o país contra a política ditatorial que imperava no momento. Eles buscavam em seus ideais reformas que empreendesse uma transformação estrutural e profunda na sociedade e não apenas algumas reformas de base que mudasse pequenas coisas na sociedade brasileira.

¹⁸ Art. 7º Parágrafo único: O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de 1º e 2º graus”

¹⁹ Art. 45: “ As instituições de ensino mantidas pela iniciativa particular merecerão amparo técnico e financeiro do Poder Público, quando suas condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias pelos órgãos de fiscalização, e a suplementação de seus recursos se revele mais econômica para o atendimento do objetivo”.

²⁰ A propósito escreve Gorender (1987:227): “ A partir de 1969 o recrutamento da guerrilha urbana evidenciou que os implicados de origem operária mal chegaram a 10% dos presos políticos. Cerca de 55% dos presos eram estudantes e profissionais com título universitário”. Por sua vez, em entrevista concedida ao semanário francês *Front* em novembro de 1969, Carlos Marighela declara que “ segundo uma revista local, dos 150 revolucionários presos ou identificados, 38% são estudantes, 20% militares ou ex-militares, 17% de profissão liberal, 16% funcionários, comerciantes, etc, e somente 8% de operários. Para a ALN “ Aliança do proletariado , dos camponeses e da classe média urbana é a chave da vitória” (in: Carone, 1984:66-7)

Em meio a essa situação a lei 5692/71 apresentava dois pontos fundamentais: a extensão da escolaridade obrigatória, compreendendo todo o denominado ensino de 1º grau, junção do primário com o ginásio e a generalização do ensino profissionalizante no nível médio ou 2º grau.

Neste período, parte substancial das classes subalternas não tinham acesso à escola, foi uma forma que o governo encontrou para amenizar essas relações de desigualdades surgidas fora da esfera de dominação política, na expansão do acesso à escola. O Estado dessa forma pode preservar sua própria legitimidade, ou seja o apoio e o reconhecimento dos cidadãos, mantendo uma ficção de igualdade entre os cidadãos, ao mesmo tempo em que defende-se das responsabilidades de exploração e submissão que os mecanismos capitalistas causam.

Porém, essa máscara utilizada pelo Estado pode ser descaracterizada caso não haja por parte deste, atitudes que venham “amenizar” as desigualdades externas entre os cidadãos. Mas o fato que notamos é que a política educacional *“é entre todas as políticas setoriais, talvez o exemplo mais patente de como o Estado procura produzir uma aparência de igualdade de oportunidades e com isso de uma neutralidade em relação às classes no que concerne às próprias funções, quando na verdade o status social e as oportunidades de vida dos indivíduos estão ligados ao movimento de uma economia regulada.”*²¹

Essa política educacional tem igualmente a pretensão de suprir um quadro de carência efetiva. Essa carência se refere as classes populares que até então eram totalmente excluídas do acesso a cultura letrada. Socialmente esse

²¹ GERMANO, José Willington. Estado Militar e educação no Brasil (1964-1985), Campinas. 2ª ed.

fator retrata negativamente no que diz a vida social, enquanto o quadro de carência era incompatível com a idéia de “Brasil Potência”²² vivida na época.

Com efeito, “*de acordo com o próprio ministro Passarinho (1985) em 1971, quase 30% das crianças de 1 a 14 anos não tinham acesso à escola; a evasão e a repetência assumiam dimensões assustadoras: para cada mil crianças que entravam na 1ª série do primário, em 1961, por exemplo, menos da metade (446) chegavam à 2ª série e somente 56 logravam ingressar no ensino superior em 1972. A taxa de perdas era da ordem de 76% só no primário. Além do mais, no tocante à escolarização obrigatória de 4 anos, o Brasil se igualava à Mauritânia e somente o Laos apresentava uma taxa inferior, 3 anos*”²³Essas taxas eram mais assustadoras se comparadas com o ensino da União Soviética ou dos Estados Unidos que atingiam até 16 anos de escolaridade obrigatória.

Como, nas palavras de Passarinho “isso era um dever do Estado, democratização do ensino era um duplo imperativo; um imperativo ético e um imperativo político” (Passarinho, 1985:30).

A democratização do ensino neste período não era participativa e transparente. Embora a lei 5692/71 objetivasse a livre circulação de idéias e o exercício da cidadania, isso não ocorria como previa a lei. Esses fatores assumiam um significado de ampliação das oportunidades de se frequentar a escola, e ainda para melhorar os quadros em níveis escolares, criaram dispositivos que facilitassem o ingresso e o fluxo escolar com o intuito de diminuir as taxas de evasão e repetência. Ou seja, o Estado trabalhava em cima

²² Período em que o Brasil vivenciava crescimento econômico adotados pelos êxitos da política econômica posta em prática pelo governo.

²³ Ibidem.p.167.

dos dados escolares para se afirmar em suas campanhas, nesse sentido criaram situações facilitando o ingresso e a permanência do aluno na escola. Caso não apresentasse esses dados de aproveitamento o Estado assumiria uma situação de mentira, desconectada com a política que dizia adotar.

Mas a propalada democratização não passava da dimensão quantitativa, ao mesmo tempo que excluía da participação política estudantes e professores. Configurava-se a repressão e a censura ao ensino. Para reafirmar o poder do Estado, houve a introdução de disciplinas que se calcavam na Ideologia de Segurança Nacional, a criação de “centros cívicos escolares” que eram tutelados e submetido as autoridades oficiais, em lugar dos diretórios e grêmios estudantis, fechados com o intuito de não se propagar ideais contrários a ideologia do estado.

Essa análise da política educacional deve levar em conta a realidade concreta vivida no país. Ora “ *a política diz respeito à ação do Estado com relação ao aparelho de ensino, a qual, por sua vez, só pode ser analisada adequadamente num contexto em que se configure o comportamento da sociedade política com relação às diferentes classes sociais*”²⁴ A atuação do regime militar no Brasil se pautou por privilegiar o capital e por excluir às classes subalternas. O resultado foi a concentração de renda com notáveis repercussões no campo educacional, que acabam por desmentir o discurso oficial que ressaltava a igualdade entre todos e o direito do cidadão.

Ocorreu de fato a expansão de matrículas no ensino de 1º grau. Tal expansão foi da ordem de aproximadamente 40% entre 1973 e 1985 em contraposição a 15.132.904 existentes em 1973. (cf Unicamp, 1987: 157-162).

²⁴ GERMANO. José Willington. Estado Militar e educação no Brasil (1969-1985) Campinas: Cortez, 2ª ed. p.168.

Sem dúvida percebemos que houve um crescimento considerável no atendimento escolar da população de 7 a 14 anos, mas mesmo assim uma grande parcela da população sequer teve acesso a escola, e ainda cerca 18,8% dos matriculados estavam fora da faixa etária.

Mas os problemas voltados a educação não dizem respeito somente à ampliação de vagas, esta se revestiu de caráter meramente quantitativo, na qual uns problemas persistiam e outros se agravaram; vejamos que a ampliação do número de vagas houve a diminuição da jornada escolar, e conseqüentemente o aumento de turnos que vieram a comprometer a qualidade do ensino. Ao lado desses fatores temos ainda os gastos do Estado com a educação que foram insuficientes e declinaram dez pontos percentuais entre 1981 – 1985 (*cf.* Folha de S. Paulo 10-10-1989:b3). Não fosse suficiente, cerca de 73% dos prédios estavam em péssimas condições de uso, ou seja somente 27% dos prédios, segundo o MEC estavam em condições satisfatórias de uso (*cf.* Silveiras 1989: B-3), o número de professores leigos aumentou piorando ainda mais a situação que já não era satisfatória. Para completar o ciclo de deterioração os salários eram indignos de se sobreviver.

Em meio a essas situações, o governo se vangloriava do aumento de vagas destinadas às camadas populares que não tinham acesso à educação, porém ele não ressaltava qual educação que estas classes recebiam que se caracterizava por um ensino de péssima qualidade, aplicados em prédios que não proporcionavam condições de uso e ainda eram ministrados por professores que em sua maioria eram desqualificados, para comprovar esses fatos as taxas de evasão e repetência se mantiveram elevadas.

As reformas foram colocadas na lei em todos ramos da educação e no requisito que nos interessa houve a ampliação da escolarização obrigatória de 4 para 8 anos, no que diz respeito ao 1º grau, mas para que isso ocorresse era necessário por parte dos governantes um investimento considerável na área educacional para que funcionasse, na verdade não foi o que ocorreu, uma vez que as verbas para a educação foram diminuindo ao longo do período (1964-1985).

Na realidade houve um descomprometimento do governo com a educação, no momento em que a classe empresarial vê a educação como uma instituição parasitária e denomina-a cara demais, sendo necessário conter seus custos.

Juntamente com o descaso da classe empresarial temos no Brasil à partir de 1964 em Estado Militar que excluiu política, social e economicamente o “setor popular e seus aliados” (o Donel) . O Estado se envolveu diretamente com a organização capitalista e investiu montantes consideráveis no capital privado. Havia na realidade um Estado que abraçava o capitalismo, mas que não preparou o seu povo para enfrentá-lo, não investiu o suficiente para que a população pudesse desenvolver no intuito de ajudar o país na guerra do capital, pelo contrário, o que era para ser investido aqui, foi muitas vezes investido em outros países através da compra de tecnologias. Era necessário investimento maciços no desenvolvimento da ciência e da tecnologia consequentemente investimento em educação e pesquisa.

Nessas condições, o Estado a cada passo, ajudava na desqualificação da escola pública, sendo esta golpeada de morte. No intuito de suprir a falta dessa

escola pública de qualidade o Estado pavimentou o caminho da privatização do ensino sobretudo nos ensinos médios e superior.

Houve o estímulo à privatização pois apesar de reconhecer que a “educação (...) é um direito de todos e dever do Estado...” (Art. 176), assegura logo a seguir que o “ensino é livre à iniciativa popular a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive mediante bolsas de estudo” (parágrafo 2º). Mesmo após se estabelecer que “o ensino primário é obrigatório para todos, dos sete aos quatorze anos e gratuito nos estabelecimentos oficiais” (parágrafo 3ª, item II), como também que “o ensino público será igualmente gratuito para quantos, no nível médio e superior, demonstrarem efetivo aproveitamento e provarem a falta ou a insuficiência de recursos” (parágrafo 3º, item III), a constituição de 1967 fecha o cerco em favor a privatização quando prevê que “o poder público substituirá gradativamente o regime de gratuidade no ensino médio e no superior pelo sistema de concessão de bolsas de estudos, mediante restituição que a lei regulará” (parágrafo 3ª item IV). Percebe-se que o Estado tem a intenção de se desobrigar do financiamento do ensino público, embora seu discurso proclame o inverso, ou seja ressalta a ampliação das oportunidades educacionais.

A esse respeito o artigo 178 determina que “as empresas comerciais, industriais e agrícola são obrigadas a manter o ensino primário e gratuito de seus empregados e o ensino dos filhos destes, entre os sete e os quatorze anos, ou a concorrer para aquele fim, mediante a contribuição do salário-educação na forma que a lei estabelecer”. Temos a impressão que parece ser mais uma fonte de recursos para a educação pública, mas não passa de um objeto de corrupção e de incentivo a privatização do ensino.

O Estado não se restringiu em diminuir as verbas para a educação escolar pública e gratuita, tratou de transferir recursos para a rede privada, tudo em consonância com a legislação que “ *permitia que as empresas optassem entre recolher a contribuição do salário-educação aos cofres públicos ou ainda aplicar o percentual correspondente – 2,5% da sua folha de pagamento- diretamente na manutenção de escolas próprias, bem como conceder bolsas de estudo ou restituir despesas com a educação efetuadas pelos seus empregados*”²⁵ Isso incentivou na verdade um poderoso veículo de transferência de recursos para a rede privada.

As empresas aplicaram prioritamente seus recursos na rede privada. Optaram em empregar os seus recursos diretamente na manutenção do ensino e na concessão de bolsas de estudos a escolas particulares, foram poucas as empresas que optaram por recolher o salário-educação nos cofres públicos, que segundo os dados do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) foram em média 29,6%, por outro lado o número de empresas que empregaram seus recursos diretamente na manutenção do ensino, na concessão de bolsas de estudos a escolas particulares ou ainda no pagamento de indenização cresceu em média 163%. Em 1980 dos 3.315 bilhões de cruzeiros alocados diretamente pelas empresas, 3.044 bilhões destinaram-se ao pagamento de bolsas de estudo, o que significa um investimento significativo na rede privada de ensino. Não obstante não são apenas as empresas que investem na rede privada, o Estado também se encarrega de subsidiar a rede particular a diversos títulos: seja pela compra de vagas, seja pela prestação da denominada assessoria técnica e financeira, que significa nada mais, nada

²⁵ Ibidem.p.202

menos do que dinheiro público empregado em reforma, construção e equipamento de prédios, além de treinamento de pessoas da rede privada.

Nesse sentido o que podemos perceber é que as concessões e os apoios às escolas particulares se fizeram presente, dessa forma o governo tirava proveito da situação, se abstendo em não se preocupar com a educação destinada às classes populares, ou seja, a educação obrigatória e gratuita.

Vimos que a educação neste período de 1964 à 1982 enfrentou vários problemas e que esses acabavam por dificultar o acesso de todos à escola e mesmo os que conseguiam se inserir não permaneciam nela. As taxas de evasão e repetência eram altas e tanto a qualidade como as condições do ensino eram muito ruins. Havia ainda o interesse do governo em apoiar exclusivamente as escolas privadas e se desobrigar da educação gratuita. A partir daí veremos a importância de reformular o sistema educacional pelo fato de surgirem novas necessidades.

Sabemos que o mundo evolui assim como as necessidades da população que nele habita. O desenvolvimento econômico, o tecnológico, a forma de agir e pensar da população, faz com que algumas coisas na sociedade sejam mudadas como por exemplo a educação que atualmente é a base para inserir o cidadão neste mundo competitivo que requer saber e conhecimentos cada vez mais profundos.

São justamente estas necessidades que fazem com que surjam novas leis que busquem alternativas para solucionar as problemáticas vividas no mundo contemporâneo.

No capítulo seguinte iremos analisar como surgiu a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que foi elaborada no sentido de melhorar a

qualidade do ensino e de atender as novas necessidades educacionais e ainda superar alguns vícios da lei anterior.

CAPÍTULO II: A NOVA LDB (9394/96) E AS MUDANÇAS OCORRIDAS NA EDUCAÇÃO

Em 1988 começou a tramitar no congresso um projeto apresentado pelo então deputado Otávio Elisio na qual visava cuidar dos interesse dos profissionais da educação que militam no ensino público, neste momento foi seu relator, inicialmente, o deputado Jorge Hage e , no final a deputada Ângela Amim.

O projeto caminhou lentamente na Câmara dos Deputados passando por algumas mudanças até chegar nas mão do senador Darcy Ribeiro, que procurou apresentar um projeto de diretrizes e bases da educação calcado nos princípios da realidade brasileira e em condições que propiciassem o desenvolvimento da educação nacional, sobretudo possibilitar a escolaridade a toda criança, e ainda acabar com os viciados privilégios que nossa educação apresenta.

Em 20 de dezembro de 1996, foi sancionada a lei, publicada do mesmo mês e ano. Ela substitui a lei 5540/68 (ensino superior), lei 5692/71 (primeiro e segundo graus) e várias outras normas menores que tratavam do ensino.

A lei 9394/96 traz para a estrutura e funcionamento do ensino algumas mudanças e inovações. O primeiro realce deve ser para o delineamento das responsabilidades da União, do Estado e o Município quanto a oferta e ministração. Prevê-se para o município o ensino infantil e fundamental, para o estado o ensino fundamental e médio e para a união o ensino superior.

A nova lei tende a valorizar a integração da escola com o mundo real que o aluno vive, integrando seus conhecimentos com os adquiridos na escola.

Outros fatores que merecem destaque são: “ ***a possibilidade de divisão do fundamental em ciclos, o aumento do tempo do aluno dentro da escola:***

mínimo diário de quatro horas (não aulas) de trabalho efetivo em classe, não se computando aí o recreio, intervalos e outras atividades que não seja as desenvolvidas em aula; mínimo de 200 dias letivos por ano, não computando o período de exame final, aplicável esse mínimo de dias no ensino superior, mínimo de 800 horas aulas por ano (exemplo: 40 semanas com 20 horas de aula em cada uma e 4 horas e cada dia); exigência de frequência mínima de 75% para aprovação... estudos de recuperação paralela ao ano letivo, cuidando apenas do rendimento e não da frequência; oficialização da creche e o pré escolar; que deixam de ser cursos livres; cursos seqüenciais... »²⁶

Temos ainda, outros fatores que são ressaltados na nova Lei e que merecem atenção. Uma das fontes de atuação do governo federal é implantação de política educacional visando diretamente o ensino fundamental.

O investimento principal se deu no que diz respeito ao financiamento desse grau de ensino, para isso o MEC elaborou uma proposta de Emenda constitucional que resultou em aprovação no dia 12 de setembro de 1996, dando origem a emenda constitucional nº 14, de 1996²⁷ que permitem a intervenção da União nos Estados em caso de não aplicação da manutenção e desenvolvimento do ensino.

O artigo quinto altera a contribuição dos Estados, Distrito Federal e Município de 50 para 60% dos recursos a que se refere o artigo 212 da Constituição Federal e reduzindo (parágrafo sexto) a contribuição da União de

²⁶ DOMAS, Roberto Geraldo de Paiva. Diretrizes e Bases da Educação nacional; comentários e anotações Belo Horizonte: Modelo. Editorial, 1997. P.20.

²⁷ Essa emenda modifica os artigos 34208, 211 e 212 da Constituição Federal, e da nova redação do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

50 para 30%. Institui-se o “Fundo de Manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério”.

O MEC que possuía uma posição de destaque lateral frente ao ensino fundamental com essa Emenda redefiniu o seu papel, colocando-o em uma posição onde se tornou o centro de formulação, implementação, avaliação e controle das políticas, ao mesmo tempo em que assumiu a proeza de controlar a política do ensino obrigatório sem arcar com sua manutenção. Ao contrário, ampliou a cota dos Estados, do Distrito e dos Municípios (de 50 para 60%) reduziu sua parcela (de 50 para 30%)²⁸.

Essas verbas serão enviadas com o intuito de garantir o padrão mínimo de qualidade e do desenvolvimento do ensino. As transferências serão ainda realizada considerando o número de alunos que efetivamente frequentam a escola.

O artigo terceiro prevê o repasse automaticamente para as contas dos governos dos Estados, do Distrito federal e dos Municípios destinadas para esse fim e define para cada caso conforme se proceder o repasse. São fixados o valor mínimo d 300 reais por aluno. Se formos computar esse valor à um ensino de qualidade podemos perceber que 300 reais é irrisório, haja vista que se pleiteia uma educação que visa o desenvolvimento intelectual do aluno , na lei esse valor é considerado como mínimo, onde o máximo não é estipulado, , porém , em nosso país, qual o governo que se preocuparia ou mesmo empenharia em enviar às escolas valores superiores devido ao fato de poder enviar o mínimo? Mesmo com o fundo destinado a educação, o artigo oitavo deixa claro que os Estados, Distrito Federal não estão isentos da

²⁸ Veja os ART. 74 – parágrafo único, ART.75 (primeiro, segundo terceiro e quarto parágrafos) e ART.76 na qual tratam da colaboração da União com os Estados e Municípios

obrigatoriedade de aplicar integralmente 25% de suas receitas no desenvolvimento do ensino. Porém, como resultado o que temos é a cifra irrisória de 300 reais por aluno. Nesta situação podemos verificar a educação num patamar de miséria e juntamente, a precária vontade política do atual governo de enfrentar essa situação problemática em que se encontra a educação brasileira.

Em consonância com estes dispositivos esta distribuição será feita de acordo com o número de alunos nas respectivas redes de ensino fundamental. O aluno ainda terá um valor mínimo a ser alcançado, no caso esse valor é definido nacionalmente, hoje esse valor perpassa por volta dos 300 reais/ano.

Artigo primeiro da lei 9.424 institui que em cada Estado e no Distrito Federal o “ *Fundo de Manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Magistério*” determinando sua implantação à partir de primeiro de janeiro de 1998 e “estabelecendo que ele será composto por 15% dos recursos provenientes da parcela estadual e municipal ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação), do FPE (Fundo de Participação dos Estados), FPM (Fundo de Participação dos Municípios) e da parcela estadual de IPI (Imposto de produtos industrializados)”²⁹. Percebemos pela lei que são destinadas verbas para a educação cujo objetivo é o desenvolvimento e a melhoria desta. Porém é válido questionarmos se essas verbas realmente chegam ao seu destino e como chegam.

²⁹ SAVIANI, Demerval. Da Nova LDB ao Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacioanal/2ª ed. campinas, SP: Autores Associados, 1999.p.40

A nova LDB cobra dos Estados e dos Municípios investimento na educação (arrecadado através de receitas e impostos) e no Novo Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, de modo a “assegurar”

- I- remuneração condigna dos professores do ensino fundamental público, em efetivo exercício no magistério;
- II- o estímulo ao trabalho em sala de aula;
- III- a melhoria da qualidade do ensino.

§ 1º Os novos planos de carreira e remuneração do magistério deverão contemplar investimentos na capacitação dos professores leigos os quais passarão a integrar o quadro em extinção, de duração de cinco anos

§2º Aos professores leigos, é assegurado prazo de cinco anos para obtenção da habilitação necessária ao exercício das atividades docentes.

§3º A habilitação a que se refere o parágrafo anterior é a condição para o ingresso no quadro permanente da carreira conforme os novos planos de carreira e remuneração.

Para efetivar o que diz a LDB, caberá aos órgãos responsáveis pelos sistemas de ensino, assim como os Tribunais de Contas da União fiscalizar a veracidade dos dados, assim como a aplicabilidade dos recursos na educação. Ainda o Ministério da Educação e do Desporto realizará avaliações periódicas dos resultados de aplicação desta lei, com vistas a tomar medidas necessárias para que a educação possa estar caminhando.

Esses ajustes previstos pela nova lei (progressivo de contribuições a valor que corresponda a um padrão de qualidade de ensino) é previsto no art. 60, §4º, do Ato das disposições Constitucionais Transitórias, serão considerados, observado o disposto no art.2º, §2º, os seguintes critérios:

- 1 – Estabelecimento do número dos profissionais da educação;
- 2 - Capacitação permanente dos profissionais de educação;
- 3 - Jornada de trabalho que incorpore os momentos diferenciados das atividades docentes;
- 4 – Complexidade de funcionamento
- 5 – Localização e atendimento a clientela;
- 6 – Busca do aumento de qualidade do ensino;

Art.14 A União desenvolverá política de estímulo às iniciativas de melhoria de qualidade do ensino, acesso e permanência na escola promovido pelas unidades federadas, em especial aquela voltadas às crianças e adolescentes em situação de risco social.

Observando esses artigos aparentemente teremos a impressão que tudo caminha muito bem na educação, ou seja as verbas estão aí originadas de todos os setores, os órgãos fiscalizadores para punir aqueles que não se adequarem as exigências, a formação assim como a remuneração do professor deve ser incentivada e assim temos uma série de normas que devem ser cumpridas e de acordo com a LDB. Mas é a partir dessa necessidade de estar tudo perfeito que começam a surgirem as dúvidas.

Podemos perceber que foram feitas muitas mudanças na área educacional e estas leis estão aí para serem cumpridas . Mas antes de fazermos um comentário de como estas leis estão sendo aplicadas e como estão sendo no dia-a-dia gostaria de fazer um comentário sobre o papel do Plano Nacional de Educação e quais seus objetivos junto às leis que estão “amparando” a educação atual.

Em 1993 foi editado o “Plano Nacional de Educação para todos” (Brasil 1993) cuja elaboração foi coordenada pelo MEC, na qual pretendia descaracterizar os planos anteriores pelo fato de não abranger ao ensino de forma geral, e se deter especificamente no Ensino Fundamental, além disso pretendia delinear perspectivas, identificando os obstáculos a enfrentar e formular estratégias para a “universalização do Ensino Fundamental e a erradicação do analfabetismo”. Dessa forma indicava medidas e instrumentos para sua implementação.

A PROPOSTA DO MEC PARA O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

No final do 1º semestre de 1997 , o MEC divulgou um documento denominado “*Plano Nacional de Educação*”³⁰ contendo a proposta inicial dos procedimentos a serem tomados na direção e organização da sociedade educacional brasileira o documento contém algumas necessidades e desejos da educação. Neste, considera-se necessário um amplo processo de consultas e debates para formulação e discussão embasados nas últimas experiência (plano Decenal) para à partir daí direcionar as estruturas do ensino. Ainda há a preocupação de definir e diferenciar os atores envolvidos na educação dentre eles o MEC, CNE (Conselho Nacional de Educação), CONSED (Conselho Nacional de Secretários de Educação), UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação).

Nestas perspectivas, o MEC expõe “a sistemática de Trabalho” indicando os principais interlocutores, a forma das reuniões e o modo de incorporação das contribuições para cada um dos itens que integrarão o PNE.

³⁰ SAVIANI, Demerval. Da nova LDB ao plano nacional de educação: por uma outra política educacional. 2º ed. Campina ,SP: Autores Associados

- I - Educação infantil e ensino fundamental
- II – Ensino Médio
- III - Ensino Superior
- IV - Educação tecnológica e formação profissional
- V – Educação Especial
- VI – Educação Indígena
- VII - Formação de professores
- VIII – Educação de Jovens e Adultos e erradicação do analfabetismo
- IX - Educação à distância

Percebemos que o MEC procurou abarcar todos os setores ligados a educação, porém o que enfatizaremos neste trabalho será o item que trata do ensino fundamental.

Para elaboração deste plano o MEC contou com várias reuniões sendo estas “gerais” e “auxiliares” com o intuito de coletar dados e problemáticas de todos os setores para que o documento fosse completo e pudesse ajudar e oferecer sugestões para que o trabalho pudesse fluir. Analisando o conjunto do documento podemos concluir de forma ampla que a proposta do plano se limita a reiterar a política educacional que vem sendo conduzida pelo MEC e que implica a compreensão dos gastos públicos, a transferência de responsabilidades, especialmente de investimento e manutenção do ensino para os Estados, Municípios, iniciativa privada e associações filantrópicas, ficando a União com atribuições de controle, avaliação, direção e eventualmente apoio técnico e financeiro de caráter subsidiário e complementar.

Para reforçar esta análise, na página 13 da meta 19 do ensino fundamental, propõe que estimule a “participação da comunidade na

manutenção física e melhoria do funcionamento das escolas, incentivando o trabalho voluntário”. Essa meta expressa a orientação política do MEC evidenciando com toda clareza no folheto publicitário da campanha *“Acorda Brasil. Está na hora da Escola” onde recorre a empresas e aos cidadãos, individualmente, que doem livros, jornais, revistas, máquinas de escrever, videocassetes, projetores, televisores, computadores, impressoras, equipamentos de esportes e realizem gratuitamente palestras, seminários, curso de atualização, trabalho administrativo na escola e aulas de reforço*”³¹. Podemos reforçar essa atitude com a campanha “Seja um Voluntário” que chama a população para dentro da escola e ajude-a no que mais sabe fazer, ou seja, se sabe regras sobre o futsal que desenvolva-as na escola, se possui condições de dar aulas de reforço que assim o faça, se sabe pintar, rebocar ou consertar qualquer coisa que a escola estiver precisando preste seus serviços à ela, porém gratuitamente.

Nesse sentido, afazeres que anteriormente eram destinados aos governos passam a ser realizados pela comunidade, Município ou Estado. Para averiguar um pouco mais sobre as responsabilidades de cada instituição, percebemos no *“plano que em 167 metas, 59 (35,9%) estão marcadas com um asterístico implicando, pois, a colaboração da União; e apenas 16 (9,5%) são assinaladas com dois asterísticos dependendo, portanto, da iniciativa da União. Vê-se assim, que 90,5% das metas são de responsabilidades exclusiva (54;6%) ou prioritárias (35,9%) dos Estados e Municípios ou da iniciativa privada e setores não governamentais*”³²

³¹ Ibidem.p.84.

³² Ibidem.p.87.

Se formos analisar o que realmente cabe a União perceberemos que em via de regra, suas obrigações se restringem a elaboração de documentos, definição de diretrizes, estabelecimentos de normas e organização de sistemas e informações. Meridianamente o papel previsto para o MEC no PNE se circunscreve à elaboração de documentos, formulações de diretrizes e organização de sistema e informações, exceto na meta 6 da educação Profissional que se refere a multiplicação dos CEFETS. Portanto não se trata de qualquer investimento novo mas da transformação das Escolas Técnicas Federais, o mesmo ocorre com as metas 3 e 4 da educação à distância uma vez que a “TV escola e o Proinfo” são programas do MEC que já estão em execução.

Se nos dermos ao trabalho de analisarmos uma a uma das 59 metas que se destinam a União, veremos que estas implicam a colaboração da União que se refere fundamentalmente a assegurar condições relativas à formação dos agentes da educação. As demais metas (26) se ligam a programas que o MEC vem desenvolvendo como *“distribuição dos livros didáticos, apoio de transporte escolar, fornecimento de equipamentos de informática e de material didático, negociando na doação pelos empreendedores da educação de jovens e adultos”*³³

Assim, o MEC se revela como um instrumento de introdução a racionalidade financeira na Educação, pois empenha-se em reorganizar a educação sob a égide da redução de gastos e custos procurando alcançar a eficiência sem novos investimentos. Cabe-nos concluir que o planejamento educacional é, nas diferentes circunstâncias, um instrumento de política educacional, isto é a forma através do qual se busca implementar determinada

³³ Ibidem p.89.

política que se preconiza para a educação. De forma geral, o plano se circunscreve em noções estruturais enquanto que o projeto pedagógico se faz ausente.

Portanto lei 9394/96 no título IV, artigo 12 vem estabelecer que “os estabelecimentos de ensino, representadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino terão incumbência de:

I – elaborar e executar sua proposta pedagógica:

VI – informar aos pais e responsáveis sobre a freqüência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica”³⁴

Na seqüência, o artigo 13 determina:

“Os docentes incumbir-se-ão de:

I – participar da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino”

O artigo 14 diz:

“Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da Escola”³⁵

Notamos que no título IV tanto a escola como os profissionais desta (professores) ganham um crédito de confiança na competência pela

34 SILVA. Eurides Brito da. A educação pós-LDB. São Paulo: Pioneira, 1998.

35 Ibidem. P. 30.

possibilidade de organização do projeto pedagógico (os docentes participam da elaboração, e implementam um plano de trabalho que concretiza a proposta pedagógica), fato que anteriormente não ocorria na legislação brasileira. Em suma, o projeto pedagógico é um instrumento de trabalho que ilumina os princípios filosóficos, define as políticas, harmoniza as diretrizes da educação nacional com a realidade da escola, racionaliza e organiza ações, dá voz aos atores educacionais, otimiza recursos materiais e financeiro e facilita a continuidade administrativa, mobiliza diferentes setores na busca de objetivos comuns, e por ser domínio público permite constante acompanhamento e avaliação.

Dessa forma, o projeto político pedagógico é uma construção democrática que envolve todos os segmentos que atuam e se relacionam com a escola. É pois, um processo participativo. A construção desse projeto pedagógico deve contemplar a totalidade do ato educativo. Dessa forma, o projeto pedagógico deve conter filosofia e princípios de trabalho da escola em sintonia com a educação nacional; objetivos, metas estrutura organizacional, infra-estrutura física, currículos, tempo escolar, métodos e técnicas de financeiros, processo de decisão e gestão, relações de trabalho, controle normativos e burocráticos, parcerias e acordos com a comunidade, processos de avaliação da aprendizagem dos alunos e do desempenho da própria instituição, sem prejuízo das avaliações externas que possam ocorrer.

Podemos acrescentar que o princípio básico do projeto pedagógico é dar a escola autonomia que durante muito tempo lhe foi negada. De um ponto de vista “ *a autonomia é a possibilidade e a capacidade de a escola elaborar e*

*implementar um projeto político pedagógico que seja relevante à comunidade e a sociedade a que serve*³⁶

Para exercer essa autonomia faz-se necessário impor mudanças na estrutura político-administrativa dos sistemas e da escola, nos padrões de financiamento e investimento da educação no compromisso ético-profissional dos agentes envolvidos, na qualidade dos resultados educacionais, impõe mudanças, enfim, na relação Estado-escola-cidadão.

O projeto pedagógico, como está na Lei de Diretrizes, nº 9394/96, torna os professores artífices de uma obra democrática e autônoma, contudo a responsabilidade de construí-lo é enorme, o compromisso de implementá-lo é uma questão de ética profissional. O resultado deve ser uma educação de elevado padrão de qualidade para todo cidadão brasileiro.

Mas é preciso analisar se realmente a elaboração está ocorrendo dentro dos padrões pedidos e como está a participação e o esclarecimento do professor nesta construção do projeto pedagógico.

Vimos que a escola está diretamente ligada ao Estado e a sociedade, essa relação entre Estado, sociedade e escola é enfatizada no livro de Patrice Canivez – Educar o Cidadão, na qual faz um apanhado de nossa sociedade e como esta se organiza, cabendo ao cidadão o direito de cobrar a sua liberdade, espontaneidade ou melhorias na vida social. Essa cobrança é feita ao poder administrativo ou burocrático do Estado. O Estado, porém é visto como o poder que, “acima” da sociedade organiza-a e, em certos casos, transforma-a.

A partir daí, duas concepções são possíveis. “*A primeira consiste em representar o Estado como um aparelho a serviço das classes sociais*”

³⁶CASTRO, Neves, Carmem Moreira de. Autonomia da Escola Pública: Um enfoque operacional, in: Projeto Político - pedagógico da escola. Campinas, S.P: Papirus, 1995.

dominantes. O exército, a polícia, a justiça, o sistema educacional têm, nessa perspectiva, a função de consolidar e de perpetuar o poder de tais classes, garantindo a esse poder um aspecto de legitimidade. O Estado, que em princípio é a encarnação do direito e o defensor do interesse geral, constitui de fato um instrumento a serviço de interesses particulares: essa é a concepção que inspira nos trabalhos de Marx. A Segunda concepção consiste em considerar o Estado como instrumento de “regulação Social”. Em princípio, a sociedade é capaz de organizar-se sozinha de modo satisfatório, sem que um poder externo tenha de interferir continuamente. O equilíbrio das relações sociais deveria resultar da liberdade total da atividade, juntamente com a consciência clara que cada um tem do próprio interesse. O princípio da concorrência, por exemplo, indica liberdade de troca, assim como a situação de competição na qual os produtores têm consciência de estar, deve estabilizar os preços no nível baixo possível. O estado deve simplesmente fixar as “regras do jogo”, isto é, garantir, por meio da legislação, a propriedade e a concorrência.”³⁷

Nessa perspectiva o Estado possui um papel regularizador da sociedade, ou seja possui um papel intermediador onde cabe a ele trazer para sociedade alternativas de bem estar geral, mas sabemos que isso nem sempre ocorre haja vista que muitas vezes o Estado camufla sua obrigação e age de acordo com seus interesses e com os interesses da classe dominante.

É difícil de entender como se dá essa relação em que o Estado age de acordo com os seus interesses, pois isso não é um fato que ocorre abertamente para toda população, mesmo porque o Estado necessita do povo para se legitimar no poder, ou seja ele precisa do apoio da população para realizar seus

³⁷ CANIVEZ, Patrice. *Educar o cidadão?* Campinas, S.P: Papirus, 1991.p.16

feitos e para isso precisa demonstrar a população que esta agindo de acordo com as necessidades desta.

Vamos olhar um pouco para a instituição escola. A escola é um lugar onde se instaura a cidadania, ou seja, retira a criança do seu habitat familiar para pertencer a um grupo mais amplo, ou seja a escola institui a coabitação de seres diferentes, seres de várias famílias e educação diferentes, e colocá-las sob a autoridade de uma mesma regra.

Para isso é preciso a disciplina, de ordem. Mas a medida que esses conceitos são inculcados na criança estimula-se também o hábito de obedecer em geral, acostuma-as a se sujeitarem à autoridade. A ordem e a disciplina são necessárias para manter a organização da sociedade, mesmo porque não é possível nenhum indivíduo viver em grupo se não integrar as leis deste. Porém o papel do educador nessa situação é como ensinar a obedecer as ordens, mas sem se sujeitar a elas. Pois consideramos de forma geral que o indivíduo esta se submetendo as regras e as leis pelo fato de compreender e julgar o que está fazendo. Mas será que isso realmente ocorre?

Outro fator que perpassa pela escola é a reprodução das classes sociais. Ou seja ela beneficia os favorecidos e prejudica os desfavorecidos, propulsando os primeiros para os estudos superiores e para as escolas de prestígio, remetendo os outros para o mundo do trabalho, ou até mesmo do desemprego. Por outro lado esse mecanismo tem um impacto direto sobre a participação política. Pois o domínio da língua e o entendimento desta é a passagem para o entendimento e a participação política. Se o indivíduo possui uma aptidão para entender e elaborar a própria experiência em conceitos universalmente válidos e comunicáveis consequentemente ele terá condições

para entender e participar da vida política do país , quando o indivíduo não consegue assimilar a sua própria realidade ele também não terá condições para entender o que perpassa pela sociedade em geral. Nesse sentido, a participação dos indivíduos na vida política depende de seu desempenho escolar, isto é, de uma certa cultura.

A obtenção dessa cultura não dependem apenas das aptidões individuais. Dependem das condições materiais de existência e, em especial do tempo que se dispõe, estão ligados, mais profundamente , à representação que o indivíduo se faz do próprio valor, à sua percepção do espaço social e da posição que nele ocupa. A propensão de tomar a palavra, elaborar uma opinião política e a fazê-la respeitar, está ligada ao sentimento de ter direito à palavra.

Vimos que a educação está ligada a fatores do cotidiano e que a instrução vem fundamentar e legitimar a desigual participação na democracia eleitoral e a toda divisão do trabalho político.

O Estado confere o direito de educação e escolas a todos, mas a educação que cada classe recebe e como cada classe se coloca e se vê na sociedade são diferentes e a partir dessa diferenciação é que nossa sociedade se organiza. Nesses parâmetros, vimos que todas as pessoas possuem direitos iguais, direitos esses inclusive à educação, mas as oportunidades não são as mesmas. Tem uma série de valores sociais que interferem nesses direitos e como esses são destinados a cada cidadão.

Á partir de agora estaremos analisando as realidades dentro de sala de aula e como estas estão conectadas com as leis que dirigem a educação no país. Pois percebemos que a partir da LDB todas as pessoas tem direitos à educação e a uma educação de qualidade, inclusive que esta educação seja

ministrada em condições apropriadas para se desenvolver as capacidades de cada aluno.

Estaremos analisando também, como estão as condições de cada docente de ministrar suas aulas, sua preparação para desenvolver estas qualitativamente e ainda quais as principais dificuldades de cada profissional na área e o que está sendo feito para melhorar a educação atual. Vimos que há um discurso por parte do governo para demonstrar que ultimamente a educação vem sendo alvo de muitos investimentos e de melhorias, mas até que ponto isso está realmente ocorrendo?

REALIDADES E DEPOIMENTOS

As experiências vividas pelos professores no cotidiano escolar e ainda como as mudanças ocorridas na LDB influenciaram no trabalho do professor.

Para isso estaremos analisando duas escolas de origens diferentes : uma municipal e a outra estadual³⁸.

A escola Municipal Professor Luís Rocha e Silva localiza-se à rua Afonso Arinos, 470 no bairro Tubalina; nesta cidade de Uberlândia.

A escola foi inaugurada em 1992 , tendo portanto, 09 anos de existência.

Atualmente a escola atende uma clientela de nível médio-baixo e por volta de 1200 alunos.

³⁸ A escolha dessas duas escolas se deu pelo fato das duas serem ministradas por órgão diferentes (município/estado) e por adotarem sistemas diferentes como o seriado e ciclo.

A infra-estrutura da escola está dentro dos padrões exigidos pela LDB, ou seja, comporta uma estrutura predial boa e espaçosa, contendo em sua estrutura os tópicos que seguem abaixo:

- 01 secretaria – contendo mesas, telefones, guilhotinas, máquinas elétrica, aparelho de som, máquina de xerox, microcomputador, impressoras... e outros itens que são necessários para o desenvolvimento da escola.
- 01 sala de direção
- 01 sala de supervisão – mesas, cadeiras armários, microcomputador...
- 01 sala de professores
- 01 banheiro para professores
- 01 depósito para guardar utensílios em geral da escola como: materiais de limpeza, material escolar (cola, papel, giz, lápis...)
- 01 pátio para refeitório e recreação
- 01 cantina – contendo fogões, geladeira, freezer, liquidificador, forno industrial, panela de pressão industrial e outros utensílios (pratos, talheres, panelas...)
- 01 sala do ensino alternativo³⁹
- 01 sala de laboratório – contendo 12 microcomputador, mesas e cadeiras, 01 impressora a jato de tinta e uma impressora matricial, ar condicionado..
- 01 sala de saúde
- 01 sala de artes
- 01 biblioteca⁴⁰ – TV, videocassete, receptor TV escola, retroprojeto, microcomputador...

³⁹ Ensino realizado para apoio de crianças com dificuldades de aprendizagem e ou com deficiência física.

⁴⁰ São aproximadamente 3500 livros literários e 340 pára-didáticos

- 19 sala de aulas – mesas, cadeiras e armários.
- 01 sala de educação física – conteúdo materiais esportivos como: bola, cordas, colchonetes, petecas, postes para rede de vôlei...
- 02 banheiro (masculinos e feminino) no 1º piso
- 02 banheiros no 2º piso, porém não funcionam.
- 01 parque infantil para crianças até 2ª série ou até 25Kg.
- 01 quadra de esportes (descoberta)
- 02 vestiário (masculino e feminino)

Ao todo são 99 profissionais entre direção, vice direção, especialistas, secretárias, oficiais administrativo, merendeiras, auxiliar de serviços gerais, jardineiro, professoras regentes, professoras de artes, de educação física, professoras do ensino alternativo e ainda professores que atuam em creches nos bairros Planaltos e Patrimônio na qual a parte pedagógica é dirigida pela escola. Atualmente a escola funciona apenas 02 turnos, manhã e tarde de 1ª à 4ª série do ensino fundamental e a noite se encontra fechada.

Podemos perceber que a escola apesar de se localizar na periferia de Uberlândia possui uma infra estrutura muito boa, é informatizada, têm muitas salas e materiais para desenvolvimento do trabalho pedagógico.

A escola Estadual do bairro Jardim das Palmeiras localiza-se no bairro Jardim das Palmeiras, na rua dos Pombos, número 931 em Uberlândia. Atende uma clientela de nível médio baixo, em sua maioria são alunos do próprio bairro assim como dos bairros Santo Inácio, Canaã, Morada Nova e Cidade Jardim.

A estrutura pedagógica desta escola é diferente da escola municipal citada neste trabalho, pois esta não é seriada seu sistema é em ciclos na

qual 1ª, 2ª e 3ª série são o primeiro ciclo, 4ª, 5ª e 6ª série são segundo ciclo, restando 7ª e 8ª para o terceiro ciclo. A escola funciona nos três turnos. Ao todo são em média 1340 alunos.

A escola funciona em prédio escolar, na qual a entidade proprietária do imóvel é a prefeitura que cedeu o terreno para construção do prédio. Neste prédio possui :

- 01 diretoria
- 01 secretaria: com 14 microcomputadores pentium⁴², 01 fax, 01 máquina copiadora, 06 impressoras, máquina elétrica...
- sala de professores
- biblioteca⁴³: 01 vídeo cassete, 02 aparelhos de tv, 01 retroprojektor, 02 aparelho de som,
- cozinha: fogão industrial, filtro, bebedouro, forno elétrico, geladeira, liquidificador, freezer, etc...
- 01 refeitório
- 01 depósito de alimentos
- 01 quadra de esporte descoberta,
- 02 sanitários (masculino e feminino)
- 15 salas de aulas: ventiladores, mesas e cadeiras

A escola ainda participa dos programas: “ Campanha Nacional: Quem ouve bem aprende melhor” e “Programa Nacional de biblioteca na escola- PNBE/MEC.

⁴² Os micros não estão conectados à internet e são usados para fins pedagógicos e administrativos.

⁴³ A escola possui 1480 livros literários e 350 para-didáticos, para o cantinho da leitura são 950 títulos.

Ao todo são 88 profissionais que atuam em diferentes profissões. Dentre elas professores, supervisores, orientadores, diretores, vice- diretores, merendeiras, serviçais, bibliotecárias, professores de educação física e ensino religioso.

Amplamente, as duas escolas possuem a infra estrutura necessária exigida pelo MEC para seu funcionamento. Mas ao observar os professores diariamente, sua fala e suas atitudes podemos perceber que a maioria dos professores estão muito insatisfeitos.

Insatisfeitos com a proposta pedagógica, com o números de alunos por sala, reclamam da falta de materiais, da organização burocrática e hierárquica da instituição onde a autoridade e a autonomia por parte de alguns profissionais ultrapassam o bom desenvolvimento do aluno. E ressaltam que muita coisa deveria ser mudada para que a educação alcance realmente os objetivos que deseja alcançar. E ainda reclamam muito das leis que permeiam a educação ressaltando que esta (9394/96) está fora da nossa realidade.

Atualmente uma questão muito discutida e questionada é a questão dos 200 dias letivos por ano, não computando o período de exame final, ou seja são necessários no mínimo diário de 4 horas (não aulas) de trabalho efetivo em classe, não computando aí o recreio, intervalos e outras atividades que não sejam desenvolvidas em aula. Ainda junto a essas situações restam 10 dias escolares destinados a reuniões, conselhos de classe e assembléias.

Ao ouvir alguns professores regentes⁴⁴ alguns retratam o seguinte:

⁴⁴ Foram ouvidos vários professores da rede municipal e estadual, onde o nome desse não serão divulgados. Estes professores serão denominados em professor 1, professor 2, professor 3 e assim sucessivamente.

Professor⁴⁵:

“ MUITOS PESSOAS FALAM QUE NOSSA CARGA HORÁRIA É MOLEZA, MAS NINGUÉM VEM PARA DENTRO DA SALA DE AULA E VÊ O QUE NÓS PROFESSORES ESTAMOS PASSANDO. NOSSA SITUAÇÃO HOJE É MUITO DIFÍCIL, POIS NÃO TEMOS MUITOS RECURSOS E NEM PREPARO PARA CUIDAR EXCLUSIVAMENTE DE SALA SUPER LOTADAS E ALUNOS TOTALMENTE DESINTERESSADOS. ENFLAR O ALUNO EM SALA TODOS OS DIAS NÃO SIGNIFICA QUE ELES ESTÃO APRENDENDO”

Professor2:

“ OS 200 DIAS LETIVOS É UMA CARGA MUITO GRANDE, ACABA QUE A CRIANÇA COMEÇA A FICAR DESISTIMULADA E O PROFESSOR DE MODO GERAL TAMBÉM SE DESGASTA MUITO ACARRETANDO UM AUMENTO NO NÚMERO DE ATESTADOS MÉDICOS CAUSADOS EM SUA MAIORIA POR STRESS E CANSAÇO. QUANDO NÓS TÍNHAMOS OS 30 DIAS EM JULHO, JANEIRO E RECESSO DE FINAL DE ANO A CAPACIDADE NOSSA DE ESTAR DESENVOLVENDO UM TRABALHO EFICAZ ERA MELHOR POIS ESTÁVAMOS DESCANSADOS E PREPARADOS PARA ISSO. HOJE COM OS 200 DIAS LETIVOS NÓS NÃO TEMOS NEM TEMPO PARA NOS RECICLAR POIS ESTAMOS O TEMPO TODO COM ALUNOS, NÃO TEMOS TEMPO PARA ESTRUTURAR MELHOR UM TRABALHO E ISSO DIMINUI AS NOSSAS CHANCES DE ESTAR MINISTRANDO AULAS MAIS BEM PREPARADAS”.

PROFESSOR 3:

“ COM OS 200 DIAS O QUE ACARRETOU FOI O DESGASTE DO PROFESSOR E AINDA AUMENTOU O NÚMERO DE LER EM TODOS OS DEPARTAMENTOS E STRESS, TODO MUNDO TEM STRESS, PASSA O ANO TODO STRESSADO, NÃO TEM PACIÊNCIA COM O ALUNO. O ALUNO TAMBÉM ESTÁ MUITO DESGASTADO. E AINDA TEMOS OS 10 DIAS ESCOLARES QUE NA REALIDADE NÃO SERVEM DE NADA. ISSO FOI VOTADO POR PESSOAS QUE NUNCA ENTRARAM NUMA SALA DE AULA E NÃO SABEM DA

⁴⁵ A fala de cada profissional foi transcrita na íntegra; no próximo capítulo, realizarei o comentário a respeito.

SITUAÇÃO QUE ENFRENTAMOS EM SALA. ESSES 10 DIAS DEVERIAM SER APROVEITADOS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PROFESSOR E EM CURSO QUE VIESSEM A MELHORAR O DIA-A-DIA DO PROFESSOR”

Outro fator que merece atenção dentro da nova lei é o ART.24, inc.V, alínea e, que institui a obrigatoriedade de estudos de recuperação paralela ao ano letivo, ou seja, aos alunos que não conseguiram rendimento suficiente.

A LDB ressalta que as aulas de recuperação deve ser um momento específico para recuperação daquele aluno que está com a média inferior. Por isso a recuperação pode assumir várias formas, como retorno do aluno em outro turno ou sua permanência após o turno normal de aula, aula normais de 2^a a 6^a e de recuperação aos sábados, quatro ou dois períodos de recuperação durante o ano letivo, nos quais os alunos de aproveitamento suficiente estariam de recesso, é claro que nesse período não contaríamos como letivo. Cabe à escola assumir a postura que melhor lhe convém, sabendo que esses momentos devem ser cumpridos. É válido salientar que momentos em que o professor realiza atendimentos individualizados com os alunos de rendimento inferior dentro de sala com todos os alunos juntos não são considerados como recuperação paralela, mas como estudos.

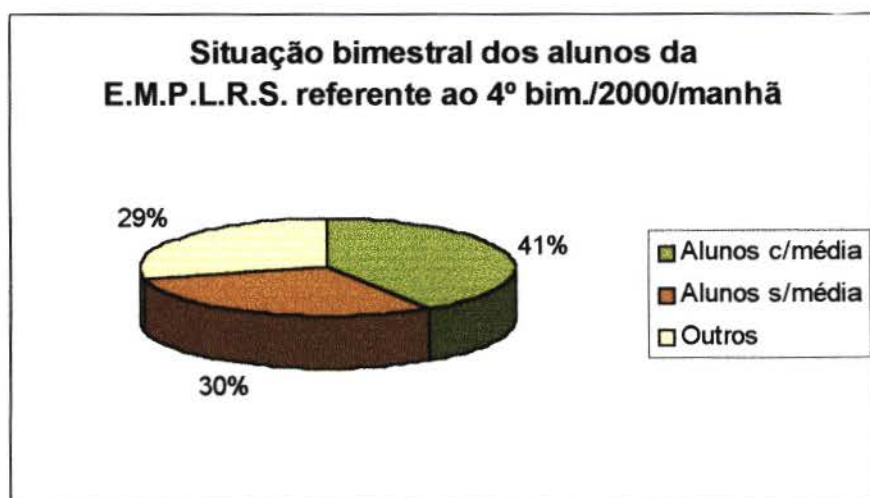
Na escola municipal neste ano de 2001 está sendo realizado um momento de orientação de atividades, na qual é um momento em que os alunos com baixo rendimento são atendidos por outra professora fora de sala de aula, o trabalho é realizado com a comunicação efetiva entre professora regente e professora “recuperadora” para poder “atacar” nos

pontos em que os alunos apresentem mais dificuldades. Aparentemente o projeto está caminhando e apresentando resultados pelo fato de a escola ter uma quantidade suficiente de funcionários, salvo algumas vezes onde o número de faltas é superior ao número de professores eventuais⁴⁶. Enquanto que na escola estadual não possui profissionais suficientes para estarem desenvolvendo essa atividade e nem lugares apropriados para realizarem o trabalho pois a escola nos três turnos encontra-se abarrotada de alunos em todas as salas. Ou seja, não é feito nada no intuito de recuperar o aluno, fora os atendimentos individualizados pelo professor regente, mas que não são vistos pela LDB como recuperação.

Sabemos que a lei está em vigor desde 1996, portanto analisamos os diários de todos os professores regentes do ano de 2000 (da escola municipal Professor Luís Rocha e Silva), especificamente do 4º bimestre em língua portuguesa do turno da manhã para averiguar a quantidade de alunos que ficaram com o nível inferior à média e para procurar saber com este professor o que foi feito para ajudar na recuperação deste aluno.

Segue na página seguinte o gráfico que demonstra a quantidade de alunos em recuperação neste bimestre e os depoimentos dos professores que sentiram essa situação na pele.

⁴⁶ São professores que estão disponíveis na escola para suprir as necessidades eventuais que possam surgir.



FONTE: Diários da escola ano 2000/ turno manhã

Professor1:

“ O TRABALHO DE RECUPERAÇÃO É FEITO ENTRE PROFESSOR E ALUNO E ACREDITO QUE FUNCIONA MUITO QUANDO OS PAIS AJUDAM PARTICIPA, PORQUE TEM QUE SER FEITO EM CASA TAMBÉM; NÃO DÁ PARA VOCÊ FICAR TIRANDO O TEMPO DE VOCÊ ESTAR TRABALHANDO CONTEÚDO NOVOS PARA TA VOLTANDO COM ESSE ALUNO EM PARTICULAR. ESSE TRABALHO FEITO COM A QUANTIDADE DE ALUNOS QUE A GENTE TEM EM SALA DE 32,33 ALUNOS NÃO DÁ PARA VOCÊ TA PEGANDO OS CINCO E TA TRABALHANDO INDIVIDUAL E OS OUTROS FAZENDO OUTRAS ATIVIDADES. EU ACHO QUE FUNCIONARIA MAIS SE TIVESSE CONDIÇÕES DE SER EXTRA TURNO, ATÉ MESMO, VAMOS SONHAR, SE O PROFESSOR RECEBESSE PRA TA TRABALHANDO ESSE EXTRA TURNO COM O ALUNO QUE TEM DIFICULDADE. AÍ SIM EU VEJO QUE FUNCIONARIA. ATUALMENTE ESSE TRABALHO É FEITO COM A TURMA TODA, SEM TIRAR O ALUNO COM MÉDIA INFERIOR DA SALA AOS TRANCOS E BARRANCOS”

Professor2:

“ O TRABALHO DE RECUPERAÇÃO HOJE NA ESCOLA É FEITO NO MESMO TURNO ATRAVÉS DA REVISÃO DE CONTEÚDOS QUE FICARAM FALHOS, TENTANDO RECUPERAR O ALUNO DIA-A-DIA. ATÉ O ANO PASSADO HAVIA A RECUPERAÇÃO

PARALELA E BIMESTRAL ONDE O ALUNO QUE NÃO CONSEGUIA NOTA ELA FAZIA UMA PROVA SUBSTITUTIVA COM O OBJETIVO QUE ELE RECUPERASSE SUA NOTA. SÓ QUE ESSA FORMA NÃO VALEU A PENA ERA POUCO TEMPO PRA VOCÊ RECUPERAR ESSE ALUNO E O PRAZO ERA PEQUENO PARA VOCÊ REAPLICAR A PROVA. VIMOS QUE NÃO ESTAVA SENDO PROVEITOSO E MANIFESTAMOS O DESEJO DE MUDANÇA. AGORA ESSE ANO A RECUPERAÇÃO VAI SER SÓ NO FINAL DO ANO. SABEMOS QUE SERIA IDEAL SE O ALUNO VIESSE EXTRA TURNO E QUE O MESMO PROFESSOR MINISTRASSE AS AULAS PARA ELE, AGORA CABE SABER SE A PREFEITURA VAI ARCAR COM OS CUSTOS, PORQUE O PROFESSOR NÃO PODE VIR DAR AULA DE GRAÇA, O PROFESSOR TEM QUE RECEBER COM ISSO POIS ELE VAI ESTAR INVESTINDO, PESQUISANDO PARA RECUPERAR O ALUNO. EU TAMBÉM NÃO ACREDITO NISSO, EU ACHO QUE NÃO VAI PRA FRENTE, NÓS ESTAMOS GANHANDO POUCO, TEM MUITOS CORTES DE VERBAS, NÃO TEMOS MATERIAL SUFICIENTE PARA TRABALHAR E MUITA COISA QUE NOS PRECISAMOS A GENTE VAI E COMPRA COM O NOSSO DINHEIRO. EU ACHO MUITO DIFÍCIL O ÓRGÃO PÚBLICO BANCAR ISSO, ARCAR COM OS CUSTOS MESMO PORQUE A EDUCAÇÃO NO BRASIL É UM DETALHE”

Pelo fato da escola Estadual possuir um sistema diferente da escola Municipal colocarei alguns depoimentos de alguns profissionais e não mostrarei o gráfico pelo fato de no sistema de ciclos não haver recuperação e ou reprovação.

PROFESSOR1:

“ AQUI NÃO OCORRE A RECUPERAÇÃO, MAS NÃO É PELO FATO DA ESCOLA ADOPTAR O SISTEMA DE CICLOS, AÍ É QUE A RECUPERAÇÃO DEVERIA EXISTIR PARA PODER FUNCIONAR O PROJETO, ELA NÃO OCORRE POR NÃO TER NINGUÉM PARA REALIZAR O TRABALHO E EU NÃO ACREDITO QUE ALGUNS ATENDIMENTOS INDIVIDUALIZADOS VENHA A AJUDAR UMA CRIANÇA QUE NÃO ESTÁ NO SEU TEMPO, ELA PRECISARIA DE APOIO EXTRA CLASSE. MAS QUEM FARÁ ESSE

TRABALHO? PORQUE NÓS PROFESSORES EM SUA MAIORIA DOBRA TURNO E NÃO PODE FAZER NADA”.

PROFESSOR 2:

“ESTOU MUITO REVOLTADA COM ESTE SISTEMA QUE O ESTADO ESTÁ ADOTANDO AGORA. JUSTAMENTE PELO FATO DELE NÃO FUNCIONAR, A RECUPERAÇÃO DEVERIA ACONTECER ATÉ MAIS QUE NO SISTEMA SERIADO, MAS NÃO TEMOS PROFESSORES E NEM LUGAR PARA ISSO. DENTRO DE SALA NÃO TEM COMO A GENTE RECUPERAR NINGUÉM TEMOS EM MÉDIA 44 ALUNOS EM CADA SALA. ESTÁ NA HORA DE NOSSOS GOVERNANTES ACORDAREM”

PROFESSOR3:

“ RECUPERAÇÃO NÃO EXISTE E NUNCA EXISTIRÁ PELO FATO DO GOVERNO NÃO PROPICIAR MOMENTOS PARA QUE ESTA OCORRA. MUDOU TUDO MAS O JEITO E A FORMA DA ESCOLA CONTINUA A MESMA DA SERIADA, SÓ QUE ESTÁ AINDA PIOR POIS OS ALUNOS PASSAM SER SABER MUITA COISA”.

Nos art.24, V, VI e VII tratam da verificação do rendimento escolar ressaltando que a avaliação deve ser contínua e cumulativa, prevalecendo os resultados obtidos durante o ano sobre o exame final e os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, ainda prevê a possibilidade de aceleração de estudos para os alunos com atraso, a possibilidade de avanço em cursos e séries, mediante verificação do aprendizado, para alunos e extraordinários.

Com base nesses artigos, se fazem muitos questionamentos ressaltando que as crianças estão passando sem vencer as etapas necessárias para o desenvolvimento das séries seguintes. Dizem que a carga de atividades é muito alta e o professor não faz outra coisa a não ser avaliar e corrigir avaliações.

Veja a opinião de alguns professores atuantes na área:

PROFESSOR1:

" EU ACHO QUE NÃO DEVERIA SER DESSA MANEIRA. A AVALIAÇÃO É UMA COISA QUE NINGUÉM CONSEGUIU MODIFICAR, ESTAMOS AINDA MUITO PRESOS À NOTA. AGORA NESSA PROPOSTA DE VERIFICAÇÃO HÁ UMA GRANDE QUANTIDADE DE TRABALHOS E UMA PARCELA PARA PROVA BIMESTRAL ACABA QUE NÓS PASSAMOS ALUNOS SEM TER CONSTRUÍDO O CONHECIMENTO NECESSÁRIO PARA AS SÉRIES SEGUINTE E ACABA QUE A PRÓPIA ESCOLA TERÁ PROBLEMAS, PORQUE A CRIANÇA ADQUIRIU A NOTA ATRAVÉS DOS TRABALHOS MAIS FÁCEIS E QUANDO CHEGA NA SÉRIE SEGUINTE ELA TEM QUE VOLTAR E OUTRO FATOR QUE PESA MUITO É QUE MUITOS PAIS OUVEM POR AÍ QUE NÃO TEM MAIS BOMBA E QUE SEUS FILHOS TEM QUE PASSAR E NÃO ESTÃO PREOCUPADOS PARA SABER SE A CRIANÇA CONTRUIU O CONHECIMENTO OU NÃO E O PROFESSOR DA SÉRIE SEGUINTE QUE SE VIRE. EU ACREDITO QUE SE NÓS CONSEGUÍSSEMOS REELABORAR ESSA MANEIRA AVALIAR QUE O TRABALHO SERIA BEM DIFERENTE , EU TENHO ALGUMAS IDÉIAS, MAS NÃO CONSEGUI CONECTAR TUDO. ACHO QUE TEM QUE SER UM TODO EU SOZINHA NÃO VOU CONSEGUIR. É PRECISO SENTARMOS TODOS E ELABORAR TENTATIVAS DE ACORDO COM AS NOSSA REALIDADES. O PROFESSOR TAMBÉM PRECISA TER MAIS AUTONOMIA PARA DESENVOLVER ESSES CRITÉRIOS DE NOTAS, POIS QUEM CONHECE O SEU ALUNO E SABE DAS POTENCIALIDADES DELES SÃO OS PROFESSORES QUE ESTÃO DIRETAMENTE LIGADOS À CRIANÇA"

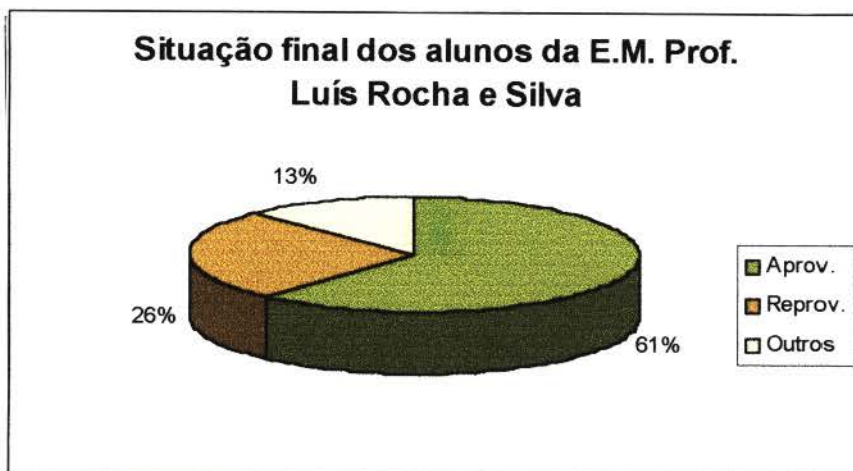
PROFESSOR2:

" COMO SÃO AVALIAÇÕES MÚLTIPLAS ACABA SOBRECARRREGANDO O PROFESSOR POIS VOCÊ PASSA O MÊS INTEIRO PREOCUPADO EM ELABORAR E CORRIGIR AVALIAÇÃO E NÃO DÁ PARA NOTAR SE O ALUNO REALMENTE APRENDEU SEM CONTAR QUE ESSE TANTO DE AVALIAÇÕES NÃO AJUDA EM NADA A CRIANÇA, PELO CONTRÁRIO CANSO E DESANIMA"

PROFESSOR3:

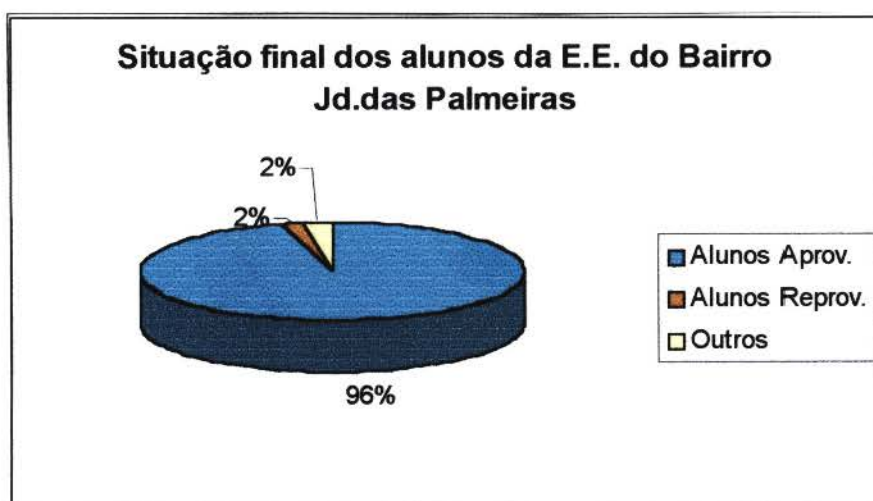
“EU ACHO QUE SE COLOCASSE TODO O PESO EM UMA SÓ PROVA FICA PESADO PARA CRIANÇA E AINDA PRECISAMOS LEVAR EM CONTA QUE MUITAS DELAS FICAM NERVOSA AO FAZER A CONHECIDA PROVA. SÓ QUE EU ACREDITO QUE NÃO PRECISAVA NECESSÁRIAMENTE ESTAR REGISTRANDO OS PONTOS DO PROCESSO, POR EXEMPLO TUDO QUE EU VOU DAR NO AVALIATIVO EU TENHO QUE ESTAR REGISTRANDO NO PAPEL E PASSANDO POR UMA BUROCRACIA MUITO GRANDE, ONDE EU TENHO QUE PEDIR AUTORIZAÇÃO PARA MINHA SUPERVISORA TODAVEZ QUE EU FOR AVALLAR, NEM QUE SEJA DOIS PONTOS. EXISTEM VÁRIAS FORMAS PARA ESTARMOS AVALLANDO COMO UMA AUTO-AVALIAÇÃO, TRABALHO EM EQUIPE, UMA PRODUÇÃO. NÓS PERDEMOS MUITO TEMPO, POIS TEM QUE ESTAR ESCRITO NA FOLHA DE VERIFICAÇÃO DE ATIVIDADES QUE FOI FEITO DESSA MANEIRA E QUE FOI AVALLADO. NA REALIDADE ISSO É QUE É COBRADO DA GENTE. EM NENHUM MOMENTO VALORIZAM O CONTATO DIRETO QUE NÓS PROFESSORES TEMOS COM OS ALUNOS E QUE NÓS SABEMOS AVALLAR ATRAVÉS DO DIA-A-DIA EM GERAL HÁ UM EXCESSO DE BUROCRATIZAÇÃO E UM ENORME GASTO DE PAPEL DIÁRIO. NÃO ACREDITO QUE ESSA FORMA DE VERIFICAÇÃO DELXA O ALUNO PASSAR, É CLARO QUE ATUALMENTE EXISTEM MUITAS FACILIDADES PARA ELE; COMO AS PROVAS SUBSTITUTIVAS, MAS ISSO NÃO INDICA QUE ELE VÁ PASSAR SEM TER CONDIÇÕES PARA ISSO. NO MEU CASO EU TENTO EVITAR DISSO ESTAR ACONTECENDO, PORQUE NÃO ADIANTA VOCÊ FALAR QUE TEM QUE DAR NOTA, QUEM TEM QUE TIRAR NOTA É O ALUNO, O PROFESSOR NÃO DÁ NADA PRA NINGUÉM. TA TENDO A VISÃO ERRADA DA COISA, QUEM FALOU QUE NÃO EXISTE REPROVAÇÃO? EXISTE SIM, O ALUNO QUE NÃO CONSEGUIU DESENVOLVER O SUFICIENTE PARA PROSSEGUIR ELE TEM QUE SER REPROVADO”

Na escola o que prevalece é o sistema de notas veja a situação final dos alunos no final do ano 2000.



FONTE: Diários da escola ano 2000.

Já na escola Estadual a situação é “bem diferente”. Os alunos não são reprovados porque o sistema de ciclos não permite, eles possuem progressão continuada e só são retidos na 3º ciclo ou seja, na 8ª série. Veja o gráfico da escola:



FONTE: Censo realizado na escola em março de 2001.

PROFESSOR1:

"O SISTEMA DE CICLOS É UM ESPETÁCULO, PORÉM SOMENTE NO PAPEL. A REALIDADE QUE NÓS PROFESSORES ENFRENTAMOS É MUITO DIFÍCIL. NOSSAS SALAS ESTÃO SUPERLOTADA, EM MÉDIA 40 ALUNOS POR SALA ONDE NA REALIDADE DEVERÍAMOS ESTAR ATENDENDO NO MÁXIMO 25 ALUNOS. É LÓGICO QUE COM ESTA PROGRESSÃO CONTINUADA MUITOS ALUNOS VÃO PROGREDIR SEM TER VENCIDO TODAS AS ETAPAS NECESSÁRIAS PARA SUA PROGRESSÃO É POR ISSO QUE SERIA MUTÍSSIMO NECESSÁRIO QUE HOUVESSE CONDIÇÕES DE SE REALIZAR A RECUPERAÇÃO PARALELA, POIS AS SUAS DEFICIÊNCIAS SERIAM SANADAS, MAS NÃO, MUDAM SE A FORMA, MAS A ESTRUTURA DA ESCOLA CONTINUA A MESMA, DESSE JEITO TEM TUDO PARA DAR ERRADO".

PROFESSOR 2:

" EU GOSTEI MUITO DESSE NOVO JEITO DE TRABALHAR. A ESCOLA PRECISAVA MUDAR A FORMA DE AVALIAR E MESMO DIMINUIR O ÍNDICE DE REPROVAÇÃO QUE ERAM ASSUSTADORES, MAS MUDOU SOMENTE A FORMA DE AVALIAR E O FUNCIONAMENTO DA ESCOLA CONTINUA O MESMO COM ALGUMAS DIFERENÇAS: O TRABALHO DO PROFESSOR AUMENTOU ABSURDAMENTE; VOCÊ TEM QUE PREENCHER AS FICHAS INDIVIDUAIS DE CADA ALUNO SOBRE O SEU COMPORTAMENTO E DESENVOLVIMENTO, DE APROXIMAMENTE 8 TURMAS COM 40,45 ALUNOS EM CADA ISSO SEM COLOCAR A SITUAÇÃO DO PROFESSOR QUE DOBRA. DESSA FORMA O NOSSO TRABALHO FICOU INVIÁVEL. E GENTE! EU NÃO SEI COMO CONSEGUIMOS TRABALHAR COM ESSE NÚMERO TÃO GRANDE DE ALUNOS. UM ÚNICO PROFESSOR QUE TEM QUE RECUPERAR, AJUDAR, ENSINAR..... TODOS AO MESMO TEMPO. ASSIM A ESCOLA SAGARANA⁴⁷ FICOU MAIS UM PROJETO LINDO QUE FOI JOGADO NO LIXO.

PROFESSOR3:

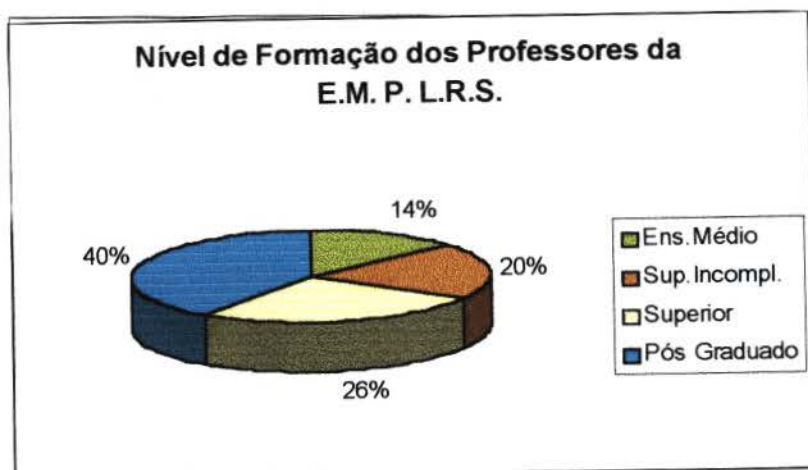
⁴⁷ Veja em anexo de como funciona os ciclos e a avaliação na escola Sagarana.

" EU ACHO QUE SERIA MELHOR SE FUNCIONASSE, O PROBLEMA É QUE NÃO FUNCIONA. MUITOS ALUNOS PASSAM SEM SABER. ELES VÃO PROGREDINDO SEMPRE E SÓ PODEM SER RETIDOS NO 3º CICLO AVANÇADO QUE É NA 8ª SÉRIE AÍ JÁ É TARDE DEMAIS AS ETAPAS QUE DEVERIAM SER CUMPRIDAS LÁ NO INÍCIO NÃO FORAM E O ALUNO JÁ SE PERDEU NO TEMPO DELE. O QUE RESTARÁ PARA ELE VAI SER PARAR DE ESTUDAR E SER UM "BÓIA FRIA" PORQUE TEMOS ALUNOS DE 8ª SÉRIE QUE NÃO SABEM LER AINDA. MAS AÍ PERGUNTAM O QUE NÓS PROFESSORES FIZEMOS. INFELIZMENTE NÃO PODEMOS FAZER NADA PORQUE A ESTRUTURA DA ESCOLA NÃO É CONDIZENTE COM A METODOLOGIA ADOTADA. É A MESMA COISA DE DIZER QUE A PARTIR DE HOJE O BRASIL VAI TER QUE PRODUZIR IGUAL OS ESTADOS UNIDOS, MAS NÃO DÃO NENHUMA CONDIÇÕES PARA QUE ISSO OCORRA. VOCÊ ACHA QUE O BRASIL CONSEGUIRÁ? NÓS PRECISAMOS ACORDAR E PARAR DE ACREDITAR EM CONTOS DE "CHIAPEUZINHO VERMELHO E CINDERELA". ESSA É A NOSSA REALIDADE".

Conforme o art. 62, os professores do ensino básico (infantil, fundamental, e médio) serão formados em curso superior, admitindo –se, para atuação na educação infantil e nas quatro primeiras séries do fundamental, a formação em nível médio, na modalidade normal. Os institutos superiores de educação, além de outros, deverão manter cursos normais para formação de professores para educação infantil e quatro primeiras séries do fundamental.

Os portadores de ensino superior poderão tornar-se professores da educação básica, desde que cursem a formação pedagógica propiciada pelos institutos superiores de educação. Na escola Municipal Luís Rocha e Silva, o nível de formação dos professores se encontram da seguinte

forma:



FONTE: Levantamento do nível de formação dos professores da E.M.P.L.R.S. Ano 2001

Vimos que grande parte dos profissionais são pós-graduados, indicando que estão dentro dos parâmetros pedidos pelo LDB, e a minoria, apenas com o curso médio.

A nível de formação, os profissionais da escola estão qualificados para o desenvolvimento da profissão indicando dessa forma que a qualidade de ensino neste estabelecimento deva ser do melhor nível possível. Pois segundo o MEC, quanto mais preparado, capacitado o professor melhor será o ensino ministrado por ele.

PROFESSOR 1:

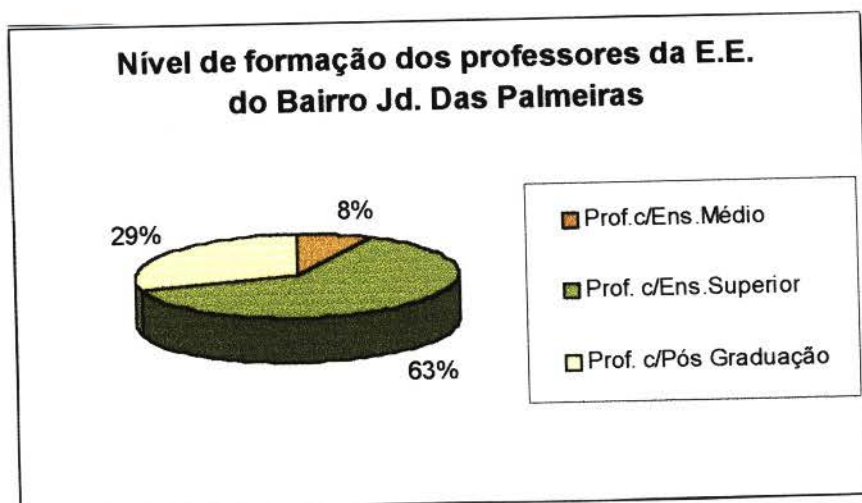
*“ EU ACHO QUE TODO ESTUDO VEM PARA MELHORAR, MAS ESSE TIPO DE COISA ENTRA MUITO NO COMPROMISSO DO PROFESSOR. TEM MUITO P6 , DOUTORANDO QUE NÃO DESENVOLVE UM TRABALHO QUE UM P1 DESENVOLVE.
LEGALMENTE ESTÁ PEDINDO ISSO, É ÓTIMO O PESSOAL VAI SE ATUALIZAR, SÓ QUE A REALIDADE DOS CURSOS MOSTRA PRA GENTE UMA REALIDADE INEXISTENTE TOTALEMENTE FORA DO QUE ENCONTRAMOS DENTRO DA SALA DE AULA. EU FIZ O MAGISTÉRIO E DEPOIS O CURSO DE PEDAGOGIA E NENHUM ME MOSTROU O QUE EU REALMENTE VIVO DENTRO DE SALA DE AULA. NÃO SEI*

ATUALMENTE COMO ESTÃO OS CURSOS PORQUE JÁ FAZ ALGUM TEMPO QUE EU FORMEI, MAS MESMOS OS ESTUDOS E CURSOS QUE A GENTE VÊ NOS DIAS DE HOJE, NÓS NÃO TEMOS AQUILO QUE REALMENTE PRECISAMOS. SEMPRE A NOSSA REALIDADE ESTA ALÉM E EXIGE MUITO MAIS DO QUE AQUILO QUE ESTÃO NOS OFERECENDO. EU PARTICULARMENTE, NÃO ACHO NECESSÁRIO”.

PROFESSOR2:

“EU ACHO QUE É O IDEAL AO MESMO TEMPO QUE É UMA FACA DE DOIS GUMES PORQUE NOS TEMOS MUITOS PROFISSIONAIS QUE TEM FORMAÇÃO ACADÊMICA E QUE SUA ATUAÇÃO É FRAQUINHA E TEM MUITOS PROFISSIONAIS QUE TEM SÓ O 2º GRAU E QUE TRABALHAM DE FORMA EFICAZ, PRODUTIVA, CRIATIVA; ENTÃO O GERAL O QUE A GENTE PRECISA SÃO DE PESSOAS QUE PROCUREM SE ESPECIALIZAREM MAS QUE TENTEM UTILIZAR ISSO DENTRO DA PROFISSÃO E QUE NÃO PROCUREM ESTUDAR APENAS PARA SUBIR DE NÍVEL. SE BEM QUE MUITOS CURSOS QUE EXISTEM POR AI NÃO TE AJUDAM EM NADA, SÃO CURSO FRAQUINHOS E QUE NÃO PREPARAM EM NADA O PROFISSIONAL. É MUITO IMPORTANTE O PROFISSIONAL PROCUCURAR SE CAPACITAR SEMPRE. EU SOU FORMADA MAIS EU ACHO QUE PARA EU MELHORAR UM POUQUINHO MAIS PRECISARIA PELO MENOS DE MAIS DUAS FACULDADES. ACHO QUE PRECISA SER COBRADO MAIS DEPENDE MUITO DO PROFISSIONAL DO SEU INTERESSE DA VONTADE DE APRENDER E DE PASSAR AQUILO QUE APRENDEU. PRECISAMOS DE PROFISSIONAIS FLEXÍVEIS E QUE TENHAM NÃO SÓ A PRÁTICA COMO TAMBÉM A TEORIA E QUE ISSO SEJA ASSOCIADO”

A situação dos professores da E.E. do Bairro Jardim das Palmeiras não é diferente. A maioria dos profissionais são de nível superior, onde uma minoria não estão dentro dos parâmetros pedidos pelo MEC. Observe o gráfico abaixo:



FONTE: Censo realizado na escola em março de 2001

Ainda o art., 13 enumera as obrigações do professor. Entre elas arrolam-se: participar da elaboração da proposta pedagógica, elaborar e cumprir o plano de trabalho, zelar pela aprendizagem, estabelecer estratégias para recuperação, ministrar os dias letivos e horas-aulas, participar do planejamento, participar da avaliação, participar de períodos dedicados ao desenvolvimento profissional (reciclagem e atualização) colaborar na articulação da escola com as famílias e a comunidade.

A partir desse tópicos sentimos que as obrigações dos professores são muitas além de ministrar as aulas. Mas será que essas obrigações são realmente cumpridas ou são obrigações de papel? Vejamos alguns depoimentos de alguns professores sobre este assunto:

PROFESSOR 1:

“ O PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO EM EQUIPE SERIA O IDEAL, QUE ELE REALMENTE ACONTECESSE E QUE FOSSE REALMENTE PARTICIPATIVO. PORQUE O QUE EU VI ATÉ HOJE DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO FOI O QUE EU BUSQUEI LENDO A NOVA ESCOLA OU O QUE EU ASSISTI NA TV ESCOLA, MAS NÃO QUE ALGUÉM DENTRO DO MEU LOCAL DE TRABALHO TENHA ME PASSADO SOBRE ESSE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO.O PLANEJAMENTO DA ESCOLA ELE EXISTE, MAS NÃO COM A NOSSA PARTICIPAÇÃO E SE ELE FOI

REALIZADO FOI COM A PARTICIPAÇÃO DE ALGUNS MEMBROS , QUE NÃO FORAM TODOS OS PROFESSORES DA ESCOLA. E O ÚNICO PLANEJAMENTO QUE EU SEI É O PLANEJAMENTO ANUAL DA MINHA SALA QUE É AQUELE QUE EU SENTO COM A MINHA SUPERVISORA E A GENTE DIVIDE AQUILO QUE VAMOS ESTAR TRABALHANDO POR BIMESTRE DENTRO DA MINHA SALA. MAS O PLANEJAMENTO GERAL DA MINHA ESCOLA ATÉ HOJE EU NÃO TIVE CONDIÇÕES DE ESTAR PARTICIPANDO DELE. EU NÃO CONHEÇO, NO ENTANTO NÃO TENHO CONDIÇÕES DE FALAR SOBRE ELE E NEM DE PARTICIPAR , COLOCAR MINHA OPINIÃO OU MESMO DAR SUGESTÕES. É UMA COISA QUE SERIA MUITO POSITIVA, EU ACHO QUE ATÉ A ESCOLA RENDERIA MAIS SE AS PESSOAS FIZESSEM PARTE DESSA ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA, POIS QUANDO VOCÊ COLOCA SUAS IDÉIAS EM CIMA DE UM OBJETIVO O SEU TRABALHO, SEU EMPENHO É OUTRO E QUANDO A COISA ELA VEM COLOCADA DE CIMA PRA BAIXO O SEU DESENVOLVIMENTO , SEU EMPENHO É OUTRO PORQUE TALVES AQUILO ALI NÃO VAI DE ENCONTRO COM SEUS IDEAIS E VOCÊ DESENVOLVER AS IDÉIAS DE OUTRAS PESSOAS SEM ESTAS ESTAREM PRESENTES É COMPLICADO. SE REALMENTE ESTIVESSE ESSE MOMENTO DENTRO DOS 200 DIAS LETIVOS PROPICIANDO O DESENVOLVIMENTO DESSE PLANEJAMENTO O TRABALHO SERIA OUTRO, O DESENVOLVIMENTO TAMBÉM INCLUSIVE O NÚMERO DE REPETÊNCIA. NA REALIDADE ISSO NÃO OCORRE E MUITOS PROFESSORES NEM SABE DESSA OBRIGAÇÃO E ISSO NEM É FALADO DENTRO DA ESCOLA”

PROFESSOR 2: “OLHA NA REDE PÚBLICA ISSO TUDO É FANTASIA, TEMOS OS FUNCIONÁRIOS PARA AJUDAREM NESTA PROPOSTA MAS ACABA QUE NÓS PROFESSORES FAZEMOS TUDO SOZINHO E NINGUÉM TE APOIA EM NADA. É O PROFESSOR, O ALUNO, PRONTO E ACABOU. NÓS TRABALHAMOS SOZINHAS PARA RESOLVER PROBLEMAS NÃO SÓ DE CONTEÚDO MAS TAMBÉM DE DISCIPLINA, EXECUTAR O PAPEL DE PSICÓLOGO, DE ASSISTENTE SOCIAL E ATÉ ENSINAR ALUNO A COMER. ISSO É O QUE ESTÁ SOBRANDO PARA NÓS PORQUE PLANEJAMENTO MESMO NÃO EXISTE E NEM NUNCA EXISTIU”

PROFESSOR3:

"O BRASIL POSSUI LEIS EFICAZES, UMA CONSTITUIÇÃO LINDA, MAS NA REALIDADE ISSO TUDO É PAPEL É UTOPIA, NADA DISSO ACONTECE NO DIA A DIA. PODE ATÉ SER QUE EM UMA ESCOLA PERDIDA LÁ DAS "CONCHICHINAS" TENHA PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO ONDE TODOS OS PROFESSORES PARTICIPAM DESSA PROPOSTA, PORQUE NA ESCOLA QUE EU ATUO ATÉ HOJE NÃO OUVI NEM FALAR DESSE PLANEJAMENTO. O QUE EU TENHO HOJE AQUI SÃO PESSOAS QUE FALAM O QUE EU TENHO QUE FAZER. APESAR DE EU ACREDITAR QUE A EDUCAÇÃO NÃO FUNCIONA DESSE JEITO, AQUI É ASSIM QUE ACONTECE"

Na escola estadual diferentemente da escola municipal o planejamento ocorre todo início do ano e muitos profissionais elogiam esse acontecimento.

PROFESSOR1: *"ESSE PLANEJAMENTO É FEITO ANUALMENTE, GERALMENTE NO INÍCIO DO ANO ONDE A GENTE FAZ UM CRONOGRAMA DE TUDO QUE NÓS TRABALHAREMOS DURANTE O ANO DE ACORDO COM A SÉRIE. ESSE PROGRAMA É REFORMULADO DE ACORDO COM O TEMPO, PORQUE NORMALMENTE QUANDO A GENTE FAZ O PROGRAMA NÃO SABEMOS COM QUE TIPO DE TURMA QUE IREMOS ESTAR TRABALHANDO, MAS COM O PASSAR DOS DIAS EU JÁ SEI MAIS OU MENOS O TIPO DE ALUNO QUE EU ESTOU TRABALHANDO E EU POSSO ESTAR ADAPTANDO ESSE PROGRAMA DE ACORDO COM A REALIDADE DA MINHA SALA DE AULA E ISSO É MUITO POSITIVO".*

PROFESSOR2:

" O PLANEJAMENTO OCORRE UMA VEZ AO ANO E SERVE PARA DAR UMA CLAREADA NO TRABALHO QUE VAMOS DESENVOLVER DURANTE O ANO, MAS ENFRENTAMOS MUITAS DIFICULDADES DURANTE O ANO PRINCIPALMENTE COM SALAS LOTADAS E MUITAS VEZES PRECISARIAMOS DE NOVOS MOMENTOS PARA REESTRUTURARMOS NOSSO TRABALHO E NÃO TEMOS ESSES MOMENTOS".

PROFESSOR3:

“ PLANEJAR UMA VEZ AO ANO NÃO É SUFICIENTE PRECISARIAMOS DE OUTROS MOMENTOS MAS NÃO TEMOS. EU VALORIZO MUITO O PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO E É A PARTIR DELE QUE VAMOS MELHORAR O PROCESSO DA ESCOLA, MAS MUITAS COISAS AINDA PRECISAM SER MUDADAS”.

Os art. 68 a 77 trata dos recursos destinados para a educação, na qual cabe a União enviar o mínimo de 18% da renda geral , o estado 25% e o município 25% de sua renda para a educação .

Segundo o relato do oficial administrativo que cuida desse setor na escola, as verbas são realmente enviadas para a escola onde a União manda por ano o montante de 10.000 reais no 2º semestre de cada ano e o Município envia no 1º e no 2º semestre de cada ano a quantia de 6.500. Na escola estadual a verba também vem só que é só do Estado. Até o presente momento (junho de 2001) a escola recebeu verbas mensais destinadas para a merenda escolar , na qual é compra pela própria escola, no valor de R\$3504,00 cada. Sobre as outras verbas a secretária disse que não são verbas fixas, são valores alternados.

Porém, nas duas escolas, esses valores não podem serem gastos de acordo com as necessidades da escola. A verba pode ser gasta dentro daquilo que “eles” acham que é necessário; esta é dividida em bens de consumo e bens permanentes e as vezes o que a escola necessita no momento nem sempre se enquadra dentro da porcentagem destinada para aquele fim.

Antes de enviar a prestação de contas para a tesouraria do Município (Municipal) ou para a Superintendência (Estadual) esses gastos são passados pelo Conselho de pais para verem se aprovam em que vai ser gasto a verba, essas reuniões são assinadas em atas para depois destinarem o orçamento para

a tesouraria do Município ou Superintendência onde eles checarão se os gastos estão dentro do que foi pedido. Geralmente os conselhos não tem muito o que fazer, a não ser concordar com o destino das verbas que são colocadas pela direção da escola.

Fica a critério da escola a realização de eventos com fins lucrativos, onde poderão contar com o bar da escola, bailes, galinhadas... Essa verba o Município não interfere em que poderá ser gastos.

PROFESSOR 1⁴⁸:

"SOBRE AS VERBAS QUE A ESCOLA RECEBE; ESTA É DE ACORDO COM O NÚMERO DE ALUNOS QUE A ESCOLA TEM. A VERBA DA PREFEITURA VEM DUAS VEZES AO ANO E DA UNIÃO UMA VEZ. COMO TEMOS POR VOLTA DE 1200 ALUNOS A VERBA MUNICIPAL VARIA ENTRE 6000 E 6800, A VERBA DA UNIÃO ELA VEM UMA VEZ AO ANO E SÃO DE 10.000 REAIS. ESSE DINHEIRO JÁ VEM DIVIDIDO PELA PRÓPRIA TESOURARIA DA CAIXA DA PREFEITURA, RESSALTANDO DO QUE VOCÊ TEM QUE GASTAR COM PERMANENTE E O QUE TEM QUE GASTAR COM CONSUMO. O MATERIAL DE CONSUMO SERIA PAPEL, CANETA, PANELA, LENÇÓIS, LIMPEZA...AGORA O MATERIAL PERMANENTE SERIA ARMÁRIO, CADEIRA, VENTILADOR, COMPUTADOR... ESSE FATO DA VERBA VIR DESTINADA AO SEUS FINS PREJUDICA MUITÍSSIMO A ESCOLA, PORQUE NEM SEMPRE O QUE ELES DESTINAM É O QUE A ESCOLA ESTA PRECISANDO NAQUELE MOMENTO. AS VEZES A NECESSIDADE DE UM É MAIOR DO QUE OUTRO E A ESCOLA TEM QUE GASTAR VAMOS DIZER COM PERMANENTE SENDO QUE A SUA NECESSIDADE É DE CONSUMO. O DINHEIRO VEM MAIS É DIRECIONADO COM O QUE VAI SER GASTO E SE PASSAR UM REAL DO PERMANENTE OU DO CONSUMO VOCE TEM QUE TIRAR DO SEU BOLSO PARA PRESTAR CONTAS"

⁴⁸ Para obter dados sobre as verbas foram entrevistados pessoas ligada à secretaria e administração, pois muitos professores não tem acesso a esses dados.

PROFESSOR2:

" A VERBA EXISTE E TEM MAIS É QUE EXISTIR PORQUE O GOVERNO CORTOU QUALQUER POSSIBILIDADE DE COBRANÇA DE TAXAS DE ALUNOS E SÃO BEM CLAROS EM PROPAGANDAS QUANDO DIZ QUE NÃO É PARA PAGAR NADA PARA ESCOLA. MAS ELE NÃO ENFATIZA QUE O DINHEIRO QUE ELES MANDAM PARA A ESCOLA JÁ TEM UM FIM DESTINADO E QUE MUITAS VEZES SÃO INSUFICIENTES. SÓ PARA VOCÊ VER; NÓS RECEBEMOS OS COMPUTADORES EM 1996 E ATÉ HOJE NÃO RECEBEMOS NENHUMA VERBA PARA A MANUTENÇÃO DESTES. SERÁ QUE DURANTE ESSES CINCO ANOS ESSES COMPUTADORES NUNCA ESTRAGARAM OU PRECISARAM DE FAZER ALGUMA MANUTENÇÃO NELES. ELES NÃO QUEREM NEM SABER, E SE POR ALGUM MOTIVO O PESSOAL DA SECRETARIA VIER NA ESCOLA E VERIFICAR QUE ESSES COMPUTADORES NÃO ESTÃO EM FUNCIONAMENTO ELES LEVAM ELES EMBORA E ALEGAM QUE A ESCOLA NÃO PRECISA DOS COMPUTADORES. ESSE ANO EU JÁ GASTEI MAIS DE R\$ 1500,00 SÓ COM MANUTENÇÃO, MAIS ESSE VALOR NÃO FOI PAGO COM VERBAS ORIUNDAS DO ESTADO, MAS COM RIFAS E COM O DINHEIRO DO BARZINHO. ESSA VERBA TERIA QUE SER LIVRE, É LÓGICO QUE NÓS PRESTAREMOS CONTAS AO COLEGIADO E A SUPERINTENDÊNCIA, PORQUE NEM SEMPRE O DESTINO É A NOSSA NECESSIDADE".

De acordo com o art. 14, I e II a gestão democrática deverá ter como princípios a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local, assim como os conselhos escolares.

Esse trabalho exige competência técnico –pedagógico e clareza quanto ao compromisso ético-profissional de educar o cidadão deste novo tempo. Em outras palavras, o projeto pedagógico é a própria escola cidadã.

Para efetivar a construção desta escola cidadã a criação dos conselhos de escola representa uma parte deste processo, mas estes fracassam quando instituídos como uma medida isolada e burocrática. Eles só são eficazes em um

conjunto de medidas políticas, em plano estratégico de participação que vise a democratização das decisões.

“ Esse plano supõe: autonomia dos movimentos sociais de suas organizações em relação a administração; transparência administrativa, isto é, democratização das informações. A população precisa, efetivamente, apropriar-se das informações para poder participar, precisa compreender o funcionamento da administração – particularmente do orçamento - e as leis que regem a administração pública e limitam a ação transformadora”⁴⁹

Recentemente (24 de março) o MEC juntamente com o Ministro da educação Paulo Renato de Souza convocaram a população a participarem do Dia Nacional da Família na Escola. O objetivo é fazer com que os pais se envolvam na Educação dos seus filhos *“ é preciso dividir responsabilidades, somar esforços, multiplicar resultados e diminuir a evasão escolar, a violência e o uso de drogas”⁵⁰* É uma campanha que visa a integração, interação e o acompanhamento dos pais e familiares nas atividades pedagógicas e socio-educativas desenvolvidas pela escola. De forma geral visa a interação entre escola e família.

Mas aparentemente não está havendo esta interação entre escola e sociedade nesta instituição. Neste dia 24 houve uma paralisação dos professores da rede municipal na qual reivindicavam melhorias salariais e de acordo com a fala de alguns profissionais e pais essa realidade esta longe de ser vivida.

PROFESSOR 1

⁴⁹ SALTO PARA O FUTURO: Construindo a Escola cidadã, projeto político- pedagógico, Secretaria de Ed. a Distância. Brasília: Ministério da Ed. e do Desporto, SEED 1998 p.27

⁵⁰ JORNAL DO MEC- Brasília-DF- maio de 2001

"A CRIAÇÃO DOS CONSELHOS FOI UMA FORMA ENCONTRADA PARA TRAZER OS PAIS PARA DENTRO DA ESCOLA, VAMOS DIZER QUE HOVE A "DEMOCRATIZAÇÃO". ESTES CONSELHOS SÃO FEITOS DE ASSEMBLÉIAS PELO MENOS ATÉ HOJE, GERAL, ONDE OS PAIS VOLUNTARIAMENTE SE DISPÕE A PARTICIPAR DOS CONSELHOS, SE BEM QUE MUITOS VOCÊ TEM QUE PEGAR NO LAÇO. AS REUNIÕES MUITAS VEZES NÃO TEM CORO E ESSE CONSELHO É MAIS CONVOCADO PARA VER COMO SERÃO GASTAS AS VERBAS TANTO AS MUNICIPAIS QUANTO A FEDERAL E GERALMENTE É PASSADO PARA ELES O QUE VAI COMPRAR, O QUE VAI FAZER DO DINHEIRO. QUANDO COMPRA TEM QUE PASSAR PARA ELES O QUE COMPROU, NA VERDADE O CONSELHO SÓ EXISTE PARA ISSO. PORQUE OUTROS PROBLEMAS, TANTO O CONSELHO DE PAIS QUANTO O FISCAL AINDA NÃO CONSEGUEM RESOLVER NADA. OUTRO FATOR QUE PESA MUITO É QUE NEM SEMPRE ELES CONHECEM A REALIDADE DA ESCOLA. AGORA QUANDO A DIRETORA OU OUTRO MEMBRO PASSA PARA ELES QUE ESTÁ FALTANDO PAPEL HIGIÊNICO OU QUALQUER OUTRA COISA É QUE ELES VÃO APOIAR A COMPRA DESSE MATERIAL, MAS ELES NUNCA SABEM QUAIS AS DIFICULDADES QUE A ESCOLA ESTÁ ENFRENTANDO. É UMA PARTICIPAÇÃO APENAS PARA FALAR QUE PARTICIPAM"

PAI:

"VONTADE ATÉ QUE NOS TEMOS DE PARTICIPAR, MAIS OS HORÁRIOS COLOCADOS PELA ESCOLA NÃO CONDIZEM COM A REALIDADE DE NOSSOS PAIS. ALGUMAS VEZES JÁ PROCUREI A ESCOLA NO MEU HORÁRIO DE ALMOÇO PARA RESOLVER ATÉ MESMO PROBLEMAS DE INTERESSE DA ESCOLA MAS NÃO ENCONTREI NINGUÉM PARA ME RECEBER NESTE HORÁRIO. TAMBÉM JÁ PARTICIPEI DOS CONSELHOS FISCAIS MAIS MUITOS PAIS AINDA NÃO SABEM DA IMPORTÂNCIA DE ESTAREM POR DENTRO DA REALIDADE ESCOLAR E AS REUNIÕES MUITAS VEZES NEM DÁ CORO E TEMOS QUE VOLTAR OUTRO DIA PARA TENTAR APROVAR ALGUMA COISA. FALTA MUITO PARA MELHORAR ESSA INTEGRAÇÃO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA. OUTRA COISA QUE ME PREOCUPA MUITO É QUE CADA UM DE NÓS TEM UM PAPEL PARA DESENVOLVER; O PROFESSOR E OS ESPECIALISTAS DEVEM TRATAR DESTA QUESTÃO PEDAGÓGICA, A ADMINISTRAÇÃO PROCURAR RESOLVER

OS IMPENCILHOS PARA QUE A PROPOSTA CAMINHE E OS PAIS DEVEM ESTAR APOIANDO A ESCOLA DA FORMA QUE PUDE, MAS NÃO PODEMOS ESQUECER QUE OS GOVERNOS MUNICIPAIS E FEDERAIS TAMBÉM TEM SUAS OBRIGAÇÕES E ELES NÃO PODEM FUGIR DISSO”.

PAI 2:

“EU AJUDO NA ESCOLA DENTRO DO PROJETO “AMIGOS DA ESCOLA” MAS A ÚNICA COISA QUE POSSO FAZER É AJUDAR NA ORIENTAÇÃO DOS RECREIOS. ESTOU SEMPRE NA ESCOLA E VEJO QUE OS PROFESSORES ESTÃO ENFRENTANDO MUITOS PROBLEMAS PRINCIPALMENTE DE DISCIPLINA. TEMOS MUITOS ALUNOS MAL EDUCADOS E AS VEZES ATÉ AGRIDEM AS PROFESSORAS. ACHO QUE OS PAIS DEVIAM ESTAR MAIS PRESENTES PARA SABER AS DIFICULDADES QUE A EQUIPE DA ESCOLA ESTA ENFRENTANDO, MUITOS VEM ATÉ A ESCOLA APENAS PARA RECLAMAR E NÃO AJUDAM EM NADA”

PAI 3:

“NÃO TENHO CONDIÇÕES DE ESTAR PRESENTE DENTRO DA ESCOLA PORQUE TRABALHO O DIA TODO. GOSTARIA MUITO DE PODER ACOMPANHAR O TRABALHO DOS PROFESSORES COM O MEU FILHO, MAS O MÁXIMO QUE POSSO FAZER É COMPARECER EM ALGUMAS REUNIÕES OCORRIDAS DURANTE O ANO. SOBRE O GOVERNO EU JÁ CHEGUEI ACREDITAR QUE ESSE INVESTIA MUITO E ERA REALMENTE PREOCUPADO PELA A EDUCAÇÃO HOJE, DEPOIS QUE EU VOLTEI A ESTUDAR VEJO QUE ELE NÃO ESTÁ MUITO PREOCUPADO COM O ENSINO NO BRASIL , ELE SÓ UTILIZA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÕES PARA FAZER PROPAGANDAS ENGANOSAS. ISSO ME DEIXA MUITO REVOLTADA”

Percebemos que muita coisa mudou na educação desde a última lei. Dividiram-se as responsabilidades. Aumentaram se as cobranças com o intuito de melhorar a educação, mas percebemos que muita coisa ainda precisa

melhorar, principalmente no que diz respeito à própria educação, ou seja, muita coisa foi mudada, novos investimentos em tecnologias, carteiras, livros, etc... mas na educação em si, na estrutura nada foi feito. Uma pessoa de “fora” da educação que estivesse fazendo essa pesquisa provavelmente chegaria a conclusão de que a educação não tem problemas, mas eu que trabalho a 09 anos não admiti essa conclusão e comecei a procurar resposta para os problemas que enfrentamos e que são reais, não são fictícios.

III CAPÍTULO: O DIA –A-DIA ESCOLAR

Ao analisarmos a educação superficialmente não nos deparamos com as dificuldades que esta enfrenta. Mesmo após analisar leis, visitar escolas, entrevistar professores; tudo nos parece confuso e misterioso. É como se olhássemos e vissemos apenas uma penumbra que é capaz de opacizar a realidade ao mesmo tempo em que nos torna “miopes”.

Sabemos que há algo errado, porém as sombras que se tornam manchas, não nos deixam pensar nesta problemática educacional. E essa “miopia” que nos acomete dificulta a percepção mais clara, mais nítida da sombra. Esta situação se torna mais séria quando aceitamos docilmente tudo que vimos e ouvimos e aceitamos todos os fatos como se eles fossem um destino da qual não podemos evitar.

Ora, aceitar essa irreal situação seria debruçar sobre os problemas e acreditar que eles nunca existiram, a não ser em minha cabeça. Dessa forma procurarei analisar, sob outros ângulos. O primeiro passo foi observar meus próprios colegas, a nossa situação, o cotidiano dentro de uma escola.

Ao analisar atitudes corriqueiras e diárias como o caminhar para suas salas no início da aula, tive a impressão de que olhava para pessoas “robotizadas” que expressavam em seus rostos uma imagem negativa e melancólica. Pareciam sofrer ao sinal de um fervoroso apito que avisava que era o momento de ir para sua sala de aula.

Neste momento lembrei-me da criação do relógio no século XIV e na mudança na concepção do tempo, e que modificou toda a estrutura trabalhista das pessoas que naquele período viviam de acordo com o tempo natural; como ressalta Thompson: *“levantou os olhos para o sol rutilante que aparecera dos*

*lados do signo do Touro a vinte e um graus, e depois um pouco mais, ele sabia por instinto, e por nada mais que era manhã, e cantou um canto de alegria...Por instinto ele sabia que o sol ia subir no céu”.*⁵¹ Com o relógio passamos a nos sujeitar as horas, à disciplina e ao capital. A escola, assim como os profissionais que nela atuam, estão inseridos a essa regularidade.

Pelo fato da escola estar inserida neste meio é que não podemos desconectá-la da realidade social. A escola é espaço da sociedade e os problemas sociais, econômicos e políticos que enfrentamos no meio são refletidos dentro da instituição. Por esses motivos não posso analisar a escola sem antes analisar a sociedade que estamos vivendo.

Ainda hoje muitos profissionais não conseguiram perceber essa extensão e continuam educando da mesma forma que muitos anos, sendo que lá fora vivemos o ápice de um mundo globalizado, pós-industrializado que enfrenta vários problemas gerados pela aceleração continuada do progresso. A escola ainda trabalha nos mesmos parâmetros do século passado. Porém os corpos humanos que estão atuando na educação não vivem no século passado. Vivem na sobrecarga da modernidade, nos medos e nas apreensões do avanço tecnológico, nas relações sociais de poder, no fervor do mundo capitalista. Pessoas que se dedicam horas consecutivas à escola (manhã, tarde e noite) por necessidades financeiras, por precisar aumentar a renda e garantir o sustento da família. Por esses motivos não tem “tempo” para planejar, estudar, realizar cursos, mas isso não é feito por não desejarem, mas pelo corpo não suportar essa carga desgastante e diária. Mesmo estando na escola diariamente não conseguem perceber a situação alienante em que estão inseridos.

⁵¹ Trabalho, Educação e Prática Social: por uma teoria da formação humana/ org. Tomaz Tadeu da Silva. _ Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. P.44

Não podemos dizer que são apenas os profissionais da educação que se encontram nessa situação, mas toda sociedade que atualmente se degrada entremeio ao mundo capitalista na busca incessante pelo sucesso e pelo sustento. Essa atitude não é uma opção mas uma necessidade do mercado capitalista, das políticas neo-liberal, numa sociedade que identifica o progresso com o bem estar material, a abundância de produtos de consumo e a competitividade da arena econômica internacional.

Entremeio a esse processo universal em que estamos inseridos, como fica o papel da escola nesta situação? Preparar para o trabalho, mesmo sabendo que não haverá trabalho para todos, ou quando o tiver, será um trabalho desqualificado? Ou basta ensinar-lhes as quatro operações e um punhado de destrezas básicas? Educar para o mundo que está lá fora? Atualmente não sabemos definir qual é o papel desta escola. Parece-nos que ela, assim como a sociedade, estão perdidos nessa rapidez com que as coisas se transformam.

Apesar desse descontrole a escola ainda representa um papel importante no meio social, possui um papel determinante pelo qual o seu produto é necessário para o meio.

As empresas hoje precisam desse produto, precisam de trabalhadores qualificados para desenvolver atividades que muitas vezes exigem destreza ou mesmo raciocínio. Mas em muitas atividades *“empresários optam por uma mão-de-obra desqualificada, embora bem socializada – vale dizer disciplinada -, mas também há os que perceberam maior produtividade de uma mão-de-obra qualificada e polivalente, apesar dos riscos que para eles envolve, em termos de controle do processo produtivo”*⁵²

⁵² Ibidem. P.249

A partir daí percebemos que o papel da educação está em discussão; ou seja: que tipo de educação se faz necessária. Infelizmente a educação no Brasil não caminha por si só, depende das ações governamentais, dos investimentos de empresários, portanto ela caminha de acordo com a economia, pois depende dela. Assim sendo, esta discussão que permeia a educação: a escola deve ou não preparar para o trabalho ou para a vida, educar o cidadão para aceitar as normas sociáveis ou à partir de suas experiências aprender sobre as relações do mundo em que está inserido e a criticá-lo e não aceitá-lo de forma mecanizada? Antes é necessário saber que tipo de trabalhador queremos, portanto que tipo de educação queremos. À partir desse trabalho é que se darão as relações sociais, as vivências e consecutivamente as exigências de um ambiente, de condições e salários melhores. É a partir daí que começa a caminhar a educação

Hoje a escola é necessária. É um meio de socialização para atual sociedade. Ela existe porque sem ela seria insustentável a sociedade, as normas e as leis. A escola vem como um intermédio entre o mundo social e o econômico. Ela se torna um meio nas mãos dos políticos para tornar a sociedade mais “igualitária” ou seja, todos tem acesso a educação. Mas é a partir dessa, que nossas crianças são “moldadas” para enfrentar o mundo fora da escola, para se adequar as normas sociáveis.

É nítido que à partir daí os governos correm um grande risco quando a criança está inserida no meio e com o tipo de educação que elas recebem, pois é a partir dessa educação; reacionária, pacífica ou crítica, que os futuros cidadãos estarão atuando na sociedade.

É fato indagarmos porque então a sociedade hoje está dessa forma; desorganizada, “robotizada”, se a maioria de nossas crianças estão na escola? O problema maior nessa situação não é colocar a criança na escola, mais é atuar sobre qual educação essa criança está recebendo. Não é atuar na instituição mas nos meios que esta possui para desenvolver seu trabalho.

Nesse sentido é que enfatizarei nos próximos parágrafos, dados de minha pesquisa sobre as leis que permeiam a educação e consecutivamente a realidade em sala de aula.

A LDB (lei de diretrizes e bases da educação) foi elaborada com o intuito de direcionar e criar bases sólidas para o ensino no Brasil, nesse sentido é para todo o país e para todas as instituições escolares. Umas das mudanças realizadas nesta nova lei é a questão dos 200 dias letivos e mais 10 dias escolares, anteriormente eram 180 dias. Pelo que pude perceber na fala de muitos profissionais é que esse aumento na carga horária não veio causar nenhuma melhoria significativa no desenvolvimento da criança. Pelo contrário houve foi o aumento do cansaço, stress e do número de atestados dos professores e também dos alunos. Hoje os alunos estão muito mais cansados e desinteressados e perguntam sempre que dia serão as férias. Algumas pessoas dizem que esse desinteresse é devido à aulas mal elaboradas de nossos professores que se prendem exclusivamente a quadro, giz e livro e desestimulam nossas crianças ao desenvolvimento de suas aptidões. Será que eu posso condenar apenas aos professores por esta situação? O mérito das aulas mal elaboradas é culpa somente deles? Qual será o objetivo real desse aumento na carga horária? Será que é realmente aumentar o conhecimento de nossas crianças?

Não vejo por esse lado. Pois se o objetivo fosse aumentar o interesse tanto quanto o conhecimento de nossas crianças seria necessário que houvesse investimento principalmente em nosso professorado, mas isso não ocorre a muito tempo, a não ser quando o professor por conta própria procura investir em sua profissão realizando cursos, especializações, assistindo palestras que venham melhorar sua atuação dentro de sala.

À partir do diálogo que tive com vários professores esses cursos ou mesmo congressos realizados pelo governo, não existe a muito tempo e quando ocorrem são incoerentes com a realidade vivenciada em sala; ou seja, os cursos demonstram na teoria métodos excelentes mas muitas vezes extraídos de outra realidade. Porém se tornam inválidos pois não tem como adequá-los à nossa situação.

Outro fator que requer atenção é o fato de que os professores precisam se organizar no tempo para realizarem cursos, porque estes não são feitos em horário de trabalho e quando são o docente precisa optar entre fazer o curso e trabalhar, sendo a 2ª opção a mais escolhida devido as necessidades básicas de cada indivíduo. Esses cursos não teriam que ser um projeto do governo que visa uma educação de qualidade?

Existem comentários de que as escolas passem gradativamente a funcionarem horário integral. Logo indago; como funcionará isso? Serão crianças colocadas em salas oito horas diárias? As escolas se tornarão “depósitos”? O que será feito de concreto, de projeto, de construção com essas crianças? Isso tudo é muito sério. É preciso haver investimento e haver qualidade. Hoje funcionando meio período existem muitas falhas e

integralmente como funcionará? Isso, por enquanto são comentários, vamos encarar por esse momento a realidade vivida.

Dessa forma vimos que o aumento dos dias letivos não melhorou o conhecimento pois não houve estratégias para esse ocorrer, pelo contrário; aumentou o cansaço e o excesso de atividades que são sinônimos do mundo em que vivemos hoje.

As estratégias para verificação do rendimento também mudaram. No município se divide entre o processo equivalente a 60% e o produto 40%⁵³. Sobre esta questão há uma divergência entre as opiniões. Alguns profissionais acreditam que mesmo ocorrendo essa divisão ainda estamos muito presos à notas e avaliações, enquanto que outros defendem que essa forma de avaliar facilita o processo de aquisição de notas e muitas crianças passam sem saber. Sobre isso há uma incoerência pois os gráficos de recuperação da escola municipal estão altos e esse fato é uma questão que incomoda principalmente os governantes. Para entender um pouco mais sobre essa questão seria necessário que entrássemos na discussão sobre o que é avaliar e qual a concepção que cada pessoa tem desse processo.

O que me deixou preocupada foi justamente o gráfico de situação final da Escola Estadual, como citei anteriormente o Estado hoje não adota o sistema seriado. Funciona com o sistema de ciclos, na qual a “reprovação” só ocorre no 3º ciclo, ou seja, na 8ª série. Pelos comentários dos professores esse sistema de ciclos seria ideal, porque a criança caminha de acordo com seu tempo. Porém o que mudou nas escolas Estaduais foi somente a forma seriada pelos sistemas de ciclos. A estrutura da instituição não mudou, continua a mesma da seriada.

⁵³ O processo são atividades avaliativas desenvolvidas no decorrer do bimestre. Estas equivalem a 60% e o produto uma prova denominada bimestral cujo percentual são de 40%.

Ou seja, temos uma nova forma de encarar a avaliação, porém as estruturas são as mesmas e o que era para ser “perfeito” se torna um empecilho, mais uma dificuldade enfrentada pelos nossos professores.

Ao analisar os gráficos por si só, ficamos impressionados com o índice de reprovação que quase não existe, mas ao analisar os fatos vemos que as coisas não estão perfeitas como parecem e que a problemática é muito mais séria do que imaginamos.

Muitos alunos que vêm da rede estadual para o município enfrentam esse problema porque estão no 2º ciclo (4ª série) e voltam à séries anteriores para ver se conseguem acompanhar a turma⁵⁴. A situação ainda é mais séria quando a criança se encontra na 4ª série e precisa retornar a 1ª pelo fato de não saber ler e escrever, as vezes nem decodifica as letras do seu próprio nome.

Sendo assim, será que a falha está na forma de avaliar ou no sistema, que mudam se os meios mas a estrutura continua arcaica e incoerente.

O problema não está somente no estado onde a aprovação é em massa mas o aprendizado muitas vezes inexistente, também no município que possui um índice alto de reprovação. Existem falhas e elas precisam ser sanadas. Mas será que a escola sozinha consegue resolver esta problemática? Sabemos que não, pois a escola está inserida num sistema que possui um conjunto de leis que a regem.

Para tentar resolver essa problemática a LDB coloca a questão da recuperação paralela, onde em nenhuma das duas escolas pesquisadas conseguem desenvolver esse tipo de atividade pois não possuem pessoas para esse fim, não possuem espaço físico. A lei é perfeita, porque os alunos que não

⁵⁴ Veja em anexo atividade de desenvolvimento de um aluno cursando a 3ª série oriundo do estado

estão acompanhando a turma realmente precisam de atendimento individualizado, mas este não ocorre porque teria que haver investimento por parte do governo em profissionais que pudessem desenvolver essas atividades. Mas ao falar em investimento, em verbas para melhoria do processo pedagógico tudo cessa, nada caminha e o discurso que sempre ouvimos é que o governo não tem verba para esse fim.

Outro fator questionável é a questão do planejamento pedagógico que é a base do trabalho do professor mas que até hoje em algumas escolas (como o município) ele não ocorre. Apesar de que neste ano foram abertos alguns momentos para esse planejamento. O que ocorre é o seguimento da proposta elaborada pela própria prefeitura. É lógico que possui algumas aberturas para alterações que sejam necessárias, mas como seguir uma proposta sendo que esta não se adequa às nossas realidades?

No Estado esse planejamento é feito no início do ano com os objetivos a serem alcançados em cada ciclo. Porém há também uma falha, pois este é feito antes mesmo do professor conhecer a realidade da sala que ele irá trabalhar. Caso seja necessário, e muitas vezes é, são realizadas alterações no projeto.

Alguns professores ressaltaram que a escola não dispõe de tempo para realizar esses planejamentos. Isso é muito incoerente, pois aumentaram a carga horária em sala em vez de aumentar os momentos de discussões e estudos entre os docentes? Isso tudo começa a fazer sentido quando pensamos no objetivo que temos perante a educação, qual é a proposta de nossos governantes para a educação? Porque é importante manter a educação sempre no mesmo patamar de ignorância? São alguns questionamentos pertinentes quando nos deparamos

momentos que possibilitam o engrandecimento dos profissionais e consecutivamente da educação.

Outra exigência da LDB é sobre o nível de formação dos professores que atuam na educação. Sobre essa questão poucas pessoas desvalorizaram, pelo fato de acreditar que quanto mais saber a pessoa possuir melhores condições de ministrar suas aulas terá. Portanto existem muitas pessoas que são classificadas com P1 (nível mais baixo de salário) e que desenvolvem um trabalho comprometido e muitas vezes melhor que aquele que possui pós graduação. Mas o que me deixou intrigada nas duas escolas foi os gráficos de nível de formação onde a qualificação supera as expectativas. Ou seja na escola municipal se fôssemos olhar através dos gráficos não era para ter o nível de reprovação que existe pois a maioria dos professores estão além do que exige a lei. A mesma coisa ocorre no estado onde seus professores são qualificados para o exercício da função mas muitas coisas estão ficando para trás como aprendizado que é o principal papel da escola.

Essa situação requer duas análises. A primeira é que nem sempre diplomas é sinal de qualidade, demonstração disso são os gráficos das duas escolas. Até que ponto eu posso garantir que um profissional diplomado é capaz de ministrar aulas com qualidades? As universidades atualmente preparam seus alunos para desenvolverem essas habilidades com eficácia? Sou favorável aos estudos porque sinto que esse engrandece, amplia seus conhecimento e de certa forma ajuda a realizar uma leitura mais ampla do mundo. A Segunda análise são sobre as condições que o governo propicia para os alunos concluírem ou mesmo chegarem a universidade. Essa exigência de certa forma limita as condições de muitas pessoas trabalharem, pois as que

chegam e concluem o 3º grau são poucas em relação as que terminam o 2º grau. Ainda têm a questão do governo e seus discursos na qual enfatizará que todas as pessoas que estarão com as crianças são pessoas qualificadas e isso, é lógico, é mérito dos investimentos em educação.

Por falar em investimentos, a lei coloca sobre as obrigações da União, Estado e Município para com a educação. Ressalta também sobre as verbas que cada um deve enviar. De fato essas verbas existem são enviadas pela prefeitura e união, no caso do município e pelo estado no caso da escola estadual. Porém as verbas vêm para as escolas com destino certo, ou seja são divididas entre bens permanentes, consumo, merenda, etc. Elas só poderão ser gastas se forem de acordo com aquele destino. Veja : se veio 3000⁵⁵ reais para bens permanentes ela só poderá ser gasta com bens permanentes como carteiras, computadores, etc. Mas muitas vezes o que a escola está precisando não é daquela carteira e nem de computadores, esse fato dificulta muitíssimo a atuação dos diretores das escolas que são obrigados a comprar algumas coisas que naquele momento não eram prioritárias. Porque não enviar a verba e exigir apenas a prestação de contas? Porque direcionar os gastos sendo que os governos nem conhece a necessidade diária de cada escola. São pequenas atitudes que travam a educação e interfere no cotidiano escolar. As vezes penso que essa atitude é proposital justamente para evitar o progresso da escola.

Juntamente com esses dados existem ainda a questão do governo mostrar para a população que está investindo muito em educação e isso é feito através da mídia, nos momentos de maior público. Esta se fantasia de que a educação está perfeita e que o governo esta fazendo a sua parte, mas ele não demonstra da forma que esta investindo nessa educação e aquele nevoeiro que

havia citado no início desse capítulo aumenta ainda mais, principalmente em relação aos salários.

Um discurso atual do governo e a LDB também trata dessa questão é sobre a participação democrática no ensino. Da abertura que a escola deve ter com os pais e a comunidade. Por esse motivo foram criados os conselhos de pais, alunos e mestres. Esses desempenham um papel burocrático dentro da escola. Defino como burocrático pelo fato de servirem apenas para votarem uma medida que muitas vezes já vem pronta, como é o caso das verbas que tem que ser aplicadas nesse ou naquele fim. Tanto o diretor como os conselhos não tem muito o que fazer e essa situação é mais um índice de propaganda para os governantes que se esbaldam em demonstrar que os pais, assim como os professores tem voz ativa dentro da escola.

Na realidade as coisas não são bem assim. Primeiro porque a voz ativa não é tão presente como dizem, são colocados na realidade apenas para sistematizar uma burocracia. Outra questão envolve a dedicação dos pais a vida moderna de hoje. A maioria de nossos pais trabalham o dia todo e muitas vezes não se disponibilizam para estarem participando dos conselhos ou de qualquer outra atividade na escola. Tanto é que no momento da escolha do corpo de representantes na escola esses precisam ser indicados, ou seja ninguém se disponibiliza a estar participando por espontânea vontade.

Não vejo também como desinteresse, mas como reflexo do cansaço acumulado pelo excesso de trabalho que a todos submete. A sociedade moderna vive num mundo engendrado pelo trabalho, correria e o tempo, que nos prende no mundo capitalista.

⁵⁵ Esses valores são fictícios os valores que cada escola recebe estão no II capítulo.

Dessa forma conseguimos perceber que o problema não está diretamente na escola mas na sociedade, no meio social que reflete seus problemas diretamente dentro da escola que é um local de preparação para os futuros cidadãos participarem dessa atual comunidade. Porém o que precisava ser feito pela educação e consecutivamente pela nossa sociedade futura não é feito. Na qual seria desvincular a educação das políticas econômicas e voltar a educação realmente para formação do cidadão consciente de seus direitos e deveres. Um cidadão instruído, participativo politicamente que saiba escolher seus representantes e ao mesmo tempo exigir desse um empenho digno para com a sociedade e não troca de favores pelo seu voto. A escola tem essa possibilidade, porém são muitos interesses ligados a esse tipo de cidadão consciente, porque esse tipo de pessoa incomoda, perturba, porque questiona, briga pelos seus direitos e é mais fácil “dominar” iletrados diplomados que não entendem nem mesmo a situação política do seu país, não conseguem entender as medidas tomadas pelos governos em que muitas vezes nós cidadãos abaixamos a cabeça e não brigamos pelos nossos direitos. Essa luta começa dentro de cada sala de aula, dentro da instituição chamada escola que ao meu ver é ainda a chave para construção de um futuro melhor, de pessoas que reivindicam seus direitos e não se deixam calar por simplesmente por calar.

O QUE NOS RESTA FAZER?

Mas para isso ocorrer precisam ser feitas algumas mudanças. Acredito nas mudanças nas bases da sociedade e para isso ocorrer são necessárias

algumas atitudes da ponte entre a sociedade e os futuros cidadãos, neste caso o professor.

A estrutura da escola hoje precisa ser mudada, não falo da estrutura predial, de computadores ou de avanços tecnológicos, mesmo porque esses por si só não transformam a forma de pensar e de agir de muitos profissionais; não adianta o avanço se o pensamento e a ação estão no século passado. É preciso criar estratégias para essas mudanças e acredito que essas podem ocorrer nos pequenos atos de sala aula.

O docente precisa perceber que ensinar não é transferir conhecimentos, pelo contrário é criar as condições para sua produção ou a sua construção não tem como você ajudar na formação de um sujeito ativo na sociedade se na escola ele foi um sujeito passivo e que se deteve apenas a “*educação bancária*”⁵⁶. A curiosidade sobre os acontecimentos diários pode ser desenvolvida na escola e na relação cotidiana do aprender, esse processo deflagra no aprendiz uma curiosidade crescente pois é ele quem produz o seu conhecimento.

Não adianta nós professores reclamarmos de que as crianças não aprendem nada e que as notas são sempre abaixo da média, se assim o são é porque algo está errado. O conhecimento, o saber, não foi adquirido. Não adianta mecanicamente querer tornar a criança um memorizador onde jorramos sobre suas cabeças frases inertes que não fazem sentido. Essa educação desafiadora cabe somente ao professor que possui condições para ajudar a pensar, a ler corretamente ou seja a correlacionar tudo o que vê com sua realidade, com o seu cotidiano.

⁵⁶FREIRE, Paulo: Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Estamos em constantes mudanças. O dia-a-dia nos traz coisas novas e temos que estar aptos para entendermos os acontecimentos. Procurar ler com frequência, isso não significa que temos que aceitar o que é novo e ignorarmos o que é “velho”, as coisas estão em constantes readaptações onde um se encarna no outro. Agir na educação sem preconceitos também é uma forma de pensar certo, ou seja muito de nossos ensinamentos estão em nossas atitudes. Como pregamos que todos são iguais e que possuem os mesmos direitos, mas damos muito mais atenção para aquele aluno branquinho, limpinho e bonitinho? A nossa fala não condiz com a realidade e como serviremos de exemplo se nós mesmos não somos? Essa educação sem preconceitos não se refere apenas ao professor que na primeira semana de aula já falou que determinados alunos já estão reprovados, mas também quando os alunos querem questionar alguns conteúdos e ele logo responde “que é assim porque é” ou mesmo “agora não é o momento”. Estas são atitudes que não condizem com a educação para a realidade crítica, por isso é necessário que nos preparemos para ela.

É preciso dar valor aos pequenos gestos do cotidiano, compreender o valor dos sentimentos, das emoções, do desejo, da insegurança a ser superada pela segurança, do medo que ao ser “educado” vai gerando coragem. Temos que lembrar que estamos trabalhando com seres humanos, que pensam e reagem de acordo com sua concepção. Essa valorização do ser humano é muito importante, pois a nossa sociedade desconsidera esse valor. Por isso é necessário tentar resgatá-lo e fazer com que nossos alunos sejam capazes de se emocionar com determinadas atitudes, de tomar decisões sobre determinados assuntos.

Muitos professores reclamam das possibilidades de estarem fazendo algo pela educação e ressaltam que toda essa problemática que estamos vivendo não diz respeito à escola porque o papel da escola é educar, ou seja, ensinar a ler e a escrever e que nós não podemos interferir nos problemas familiares, na violência ou mesmo nos roubos à domicílio que estão ocorrendo na região. O problema maior é que não percebemos que a escola hoje precisa se adequar às mudanças sociais ocorridas principalmente na sociedade, ela precisa atuar de forma mais participativa na sociedade e ajudar na criticidade, na leitura de mundo de nossos alunos, pois a realidade de nossas crianças interferem em seu rendimento escolar. Não adianta falarmos de vitaminas B1, B2, C, etc se em sua casa isso não existe.

As vezes temos a impressão de que tudo está perdido e que não conseguiremos fazer mais nada. Mas esse é o papel do educador hoje. O educador não pode perder as esperanças, não pode desacreditar em suas potencialidades, pois se ele vai para sua escola desacreditado em suas potencialidades, que tipo de estímulos ele passará para seus alunos, é válido lembrar “ *que a esperança é uma espécie de ímpeto natural possível e necessário, a desesperança é o aborto desse ímpeto*”⁵⁷. E é a partir dessa esperança que encontramos forças para acreditar que as mudanças são possíveis e que ela se consolidará a partir do momento em que eu acreditarmos nessas potencialidades e começarmos a fazer algo para melhoria do ensino, da leitura de mundo de nossos alunos, sermos éticos e ao mesmo tempo compromissados com o nosso papel no mundo e não deixar para o nosso colega o que nós poderíamos estar fazendo.

⁵⁷ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. P.81

É a partir desses parâmetros que começaremos a fazer algo para mudar a atual educação. Não adianta querermos colocar a culpa exclusivamente no governo, assim como no sistema porque esses dificilmente mudarão. Precisamos sim, é acreditar um pouco mais em nós mesmos, no nosso cotidiano e em nossos referenciais. Acreditar mais naquela criança que está sob nossos cuidados, acreditar em suas potencialidades, dando espaço para ele dizer sobre suas angústias e suas dificuldades, não rotulando, procurando levantar a sua auto estima, fazendo dele um ser pensante, investigador, curioso. Só assim começaremos a perceber mudanças em nossa prática educativa e num futuro não muito distante os reflexos de sua atitude hoje.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esse trabalho muitas pessoas estarão pensando que somos sonhadores em prol da educação. Mas as coisas não são dessa forma, porque podemos perceber que a relação entre Estado, educação e sociedade são muito intrínsecas e que na verdade será muito difícil de mudar essa estrutura na qual estamos inseridos.

Por esses motivos é que ressalto a importância de valorizarmos ainda mais a nossa prática educativa. Uma primeira atitude deve ser tomada e não podemos ficar sempre à espera dos outros, muito menos em instituições que utilizam a educação para manter a hierarquização posta.

É necessário que mudemos as estratégias para o desenvolvimento de nossas aulas e em primeiro lugar que resgatemos o lado humano e social de nossas crianças, pois estas não tem onde encontrar esses valores, tudo isso em virtude da sociedade em que vivemos hoje.

Se a prática começar a mudar, acreditamos que o interesse de nossos alunos também mudarão e concomitante a isso o nosso trabalho se desenvolverá de forma mais produtiva.

É claro que não é somente isso que falta para que a educação seja desenvolvida da forma como precisa ser, ou seja que desenvolva em nossas crianças todas suas potencialidades, que essa consiga realizar uma leitura de mundo cada vez mais crítica e que juntamente com essa faça algo para mudar a sociedade, é preciso que outras áreas se integrem junto à educação como a psicologia.

É a partir dessa união, do desejo de transformar o nosso país, que conseguiremos realizar alguma coisa pela nossa sociedade. Valores precisam

ser resgatados e precisamos iniciar esse resgate dentro de nossa sala de aula, do nosso cotidiano.

Precisamos acreditar em nossa arte de ensinar, em nossas potencialidades de formar cidadãos participativos, conscientes e críticos, de construirmos juntos uma criança que representará amanhã uma a visão produtiva e de bem estar.

Ao realizar esse trabalho, passei por momentos difíceis que me trouxeram angústias ao ver que o sistema abarcam as leis, a educação e a sociedade em um único círculo e dificultam o desenvolvimento principalmente da educação. Mas fiquei muito feliz quando consigo ver que educação também tem como ser melhorada. Que existem muitas pessoas conscientes desse sistema e que lutam para melhorar o nosso país.

Dessa forma é necessário que nos juntemos a esses que já fazem da sua prática uma luta constante e que reforcemos essa luta com a nossa atitude.

Esse trabalho não é único, assim como não será o último, pois acredito que muitos temas voltados a nossa educação fervilham na cabeça de muitos educadores preocupados com o desenvolvimento desta. Assim sendo, a nossa pesquisa não termina por aqui, mas que seja continuamente renovada para encontrarmos juntos o caminho que retrate um país melhor e que acredito que poderá ser através de nossa educação.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL, “Lei nº 9394, de 20-12-1996, Estabelece as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In.: **Diário Oficial da União**, ano CXXXIV, nº 248, de 23-12-1996. p. 27833 – 8DI, 1996.

CANIVEZ, Patrice. **Educar o cidadão?** 2ª ed. Campinas/SP: Papirus, 1991. (Coleção Filosofia no Presente).

DORNAS, Roberto Geraldo de Paiva. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Comentários e Anotações.** Belo Horizonte/MG: Modelo Editorial, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e terra.

GERMANO, José Wellington. **Estado e Educação no Brasil (1964 – 1985).** 2ª ed. Campinas/SP: Cortez.

GOVERNO DO ESTADO DE M.G – Secretaria da educação – **Organização do tempo escolar na escola Sagarana – O tempo escolar – 1º fascículo.**

GOVERNO DO ESTADO DE M.G – Secretaria da educação – **Organização do tempo escolar na escola Sagarana – Avaliação 3º fascículo.**

GRAMSCI, Antônio. **A concepção dialética da História**. Trad. Carlos Nelson Coutinho.

4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

MANACORDA, M. A. **História da Educação: da antigüidade aos nossos dias**. São

Paulo: Cortez, 1989.

MARX, Karl. **O Capital – Crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Salto para o futuro: Construindo a**

Escola Cidadã – Projeto político – pedagógico. Brasília/DF: Secretaria de Educação

à Distância, SEED, 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Salto para o futuro: Reflexões**

sobre a educação no próximo milênio. Brasília/DF: Secretaria de Educação à

Distância, SEED, 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Salto para o futuro: Educação, um**

tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, MEC UNESCO, 1998.

NEVES, Carmem Moreira de Castro. **Autonomia da Escola Pública: Um enfoque**

operacional. In: Projeto Político – Pedagógico da Escola: Uma construção possível.

Campinas/SP: Papirus, 1995.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930 – 1973)**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1978.

SAVIANE, Demerval. **Da nova LDB ao Plano Nacional de Educação: Por uma política educacional**. 2ª ed. Campinas/SP: Pioneira, 1999.

SILVA, Eurides Brito. **A educação pós LDB**. São Paulo: Pioneira, 1998.

Revistas:

NOVA ESCOLA – A revista do professor. A hora do professor. São Paulo: Abril ano XIV, nº 128, Dez/1999.

NOVA ESCOLA – A revista do professor. Competências: Prepare seus alunos para as novas exigências do mundo. São Paulo: Abril, ed.135, Set/2000.

METAS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ELABORADO PELO MEC.

1- Exposições e Motivos

E.M. Nº221

Brasília, 16 de dezembro de 1997.

Excelentíssimo senhor Presidente da República.

Tenho a grata satisfação de submeter à consideração de Vossa Excelência o projeto do Plano Nacional de Educação, em cumprimento ao que determinam o art.214 da Constituição Federal e ao arts.9º, inciso I, e 87,§1º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, como fixa o prazo de um ano, a partir de 20 de dezembro de 1996, par o seu encaminhamento ao Congresso Nacional, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes.

A apresentação desse projeto ao congresso Nacional representa o ponto culminante de um processo cujo objetivo permanente foi o de dotar o sistema educacional brasileiro de um conjunto de diretrizes e metas que possam orientar e balizar a política educacional do País, com vista ao resgate de uma dívida historicamente acumulada.

O projeto do Plano Nacional de Educação que tenho a honra de encaminhar a vossa Excelência contempla todo o conjunto das prescrições em vigor e atende a uma longa aspiração dos educadores brasileiros, que já no Manifesto dos Pioneiro da Educação Nova, em 1932, reivindicaram um plano de reconstrução da educação nacional.

Assim, o projeto reafirma os históricos e essenciais compromissos republicanos com a educação do povo brasileiro.

A concepção do plano teve como eixos norteadores, do ponto de vista, legal, a Constituição Federal de 1988, a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 14, de 1995, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Valorização do Magistério. Considerou ainda realizações anteriores, principalmente o Plano Decenal de Educação para Todos, de 1993, bem como a experiência da atual política educacional do governo de Vossa Excelência, que, pela adoção de várias iniciativas inovadoras e exitosa, indicou alternativas seguras para o estabelecimento das políticas públicas de educação.

Na apresentação do plano optou-se por uma forma que define claramente as prioridades, desdobradas em metas objetivas e mensuráveis.

As metas foram determinadas para assegurar ao País, como um todo, nos próximos anos, cenários educativos compatíveis com os desafios que ele enfrenta. Para cada grau e modalidade do ensino, define-se um conjunto de metas, discutidas e debatidas em várias reuniões com diversos segmentos da sociedade civil, o que assegura ao Plano a indispensável legitimação pública.

O projeto do Plano Nacional de Educação propõe que inovações, pelo seu alcance, são dignas de destaque.

1 - A apresentação de metas claras e objetivas facilita o entendimento público e o seu acompanhamento pela sociedade civil;

- 2 – A definição de responsabilidades da União, dos Estados e dos Municípios, indicando, para cada meta, as instâncias administrativas responsáveis;
- 3 – A definição e hierarquização de prioridades, sendo as duas primeiras alicerçadas em compromisso constitucional: a universalização do Ensino Fundamental e a erradicação do analfabetismo;
- 4 – A incorporação do último ano da Educação Infantil ao Ensino Fundamental, o que permitirá, na década, a ampliação do ensino obrigatório para nove anos;
- 5 – A elevação progressiva, na década, do percentual do PIB destinado à educação;
- 6 – A extensão progressiva, na década, da jornada escolar para sete horas diárias do tempo integral para professores;
- 8 – O estabelecimento de padrões mínimos para o funcionamento da escola;
- 8 - A expansão do atendimento aos alunos com necessidades especiais de educação, visando a sua generalização na década;
- 9 - A expansão do Ensino Médio, procurando atingir sua universalização;
- 11 – A ampliação das oportunidades de acesso à educação Profissional por parte dos trabalhadores;
- 12 – Programas de formações em serviço para eliminar a presença de professores leigos nos sistemas de ensino do país;
- 13 – a revisão dos cursos de formação inicial para professores;

- 14 – A ampliação gradual de oferta de vagas na Educação Superior em instituições públicas quanto particulares;
- 15 – A garantia de autonomia para as universidades, diversificando o sistema de ensino superior e favorecendo às minorias étnicas o acesso à Educação Superior;
- 16 – A indicação de destinação prioritárias de 40% dos recursos vinculados à educação para o ensino médio nos Estados e, nos Municípios, para a Educação Infantil;
- 17 – Programas educacionais para as comunidades indígenas equivalentes às séries dos seus modos de vida e suas visões de mundo;
- 18 – a Informatização e profissionalização da gestão educacional do País, nas escolas, nos Estados e nos Municípios;
- 19 – A participação da comunidade na gestão, melhoria da qualidade e manutenção da escola, sem que se exima o Poder Público de suas responsabilidades.

Por tudo isso, Senhor Presidente, estou seguro de que o Plano Nacional de Educação, examinado e aprovado pelo Congresso Nacional e convertido em lei ordinária, representa um passo importante não somente para a continuidade da atual política educacional, como também para a adoção de novas medidas que se fazem necessárias ao cumprimento da determinação de Vossa Excelência de dar à educação nacional o mais alto grau de prioridade, para que ela adquira o nível de qualidade requerido pelos desafios que o País enfrenta internamente e no contexto internacional.

Respeitosamente,

Paulo Renato de Souza

Ministro da Educação e do Desporto

2 – PROJETO DE LEI 4173/98

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º Fica instituído o Plano Nacional de Educação com as diretrizes e metas constantes do documento anexo, com duração de dez anos.

Art.2º A partir da vigência desta lei, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão, com base no Plano Nacional, elaborar planos decenais correspondentes.

Art.3º No prazo de cinco anos de vigência da presente lei, a União, em articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e com a sociedade civil, procederá à avaliação da implementação do Plano Nacional e proporá ao Congresso Nacional as medidas decorrentes, visando corrigir deficiências e distorções.

Art.4º A União, por intermédio do Sistema Nacional de Avaliação, estabelecerá os mecanismos necessários ao acompanhamento das metas constantes do Plano Nacional.

Art.5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

3 - METAS: ENSINO FUNDAMENTAL

1 – Universalizar o acesso ao Ensino Fundamental e garantir a permanência de todas as crianças de 7 a 14 anos na escola, estabelecendo programas específicos de colaborações entre União, Estados e Municípios para a superação dos déficits educacionais mais graves, localizados em regiões específicas do País, em zonas rurais e periferias urbanas.

2 – Integrar recursos do Poder Público destinados à política social, nas três esferas de governo, para desenvolvimento de programas de bolsa escola, de forma a assegurar o cumprimento da meta anterior nos bolsões de pobreza.

3 – Elevar, em pelo menos 70%, o nível de concluintes do Ensino Fundamental, para o que se torna necessário:

- a) diminuir em 5% ao ano as taxas de repetência e evasão;
- b) regularizar o fluxo escolar de forma a reduzir para nove anos, até o final da década, o tempo médio de conclusão das séries do Ensino Fundamental prevendo-se, inclusive, a criação da aprendizagem.

4 – Assegurar a elevação progressiva do nível de desempenho dos alunos mediante a implantação, em todos os sistemas de ensino, de um programa de monitoramento que utilize os indicadores do sistema Nacional de Avaliação da Educação

Básica e dos Sistemas Municipais e Estaduais de Avaliação que venham a se desenvolver.

5 – Estabelecer medidas para assegurar que, em três anos, todos os Estados e Municípios tenha estabelecidos suas diretrizes curriculares e que todas as escolas tenham formuladas seus projetos pedagógicos, observando as sugestões dos Parâmetros Curriculares nacionais e as diretrizes emanadas do Conselho Estaduais de Educação e, quando for o caso, dos Conselhos Municipais de Educação.

6 - Elaborar, no prazo de um ano padrões mínimos nacionais de infra-estrutura para o Ensino Fundamental, compatíveis com o tamanho dos estabelecimentos e com as realidades regionais incluindo:

- a) espaço de iluminação, ventilação e insolação dos prédios escolares;
- b) instalações sanitárias e condições para a manutenção da higiene em todos os edifícios escolares;
- c) espaço para esporte e recreação;
- d) espaço para biblioteca;
- e) instalações adequadas para o serviços de merenda escolar;
- f) adaptações dos edifícios escolares para o atendimento dos alunos portadores de necessidades especiais;
- g) acervo para as bibliotecas, que incluam literatura, textos científicos, obras básicas de referência e livros didáticos pedagógicos de apoio ao professor;

- h) equipamento didático-pedagógico de apoio ao trabalho em sala de aula, como jogos educativos, mapas, materiais para o ensino de ciência e outros;
- i) telefone e reproduutor de textos;
- j) infra-estrutura de informática e de equipamentos multimídia para o ensino;

7 – Garantir que não se construam novas escolas fora dos padrões mínimos anotados nos itens de “a” a “f”.

8 – Adaptar as escolas existentes de forma a assegurar, em 5 anos, a observância, pelo menos, dos itens de “a” a “f” e, em dez anos, da totalidades dos itens.

9 – Estabelecer, em todos os sistemas de ensino e com o apoio da União e da comunidade escolar, programas para equipar todas as escolas, gradualmente, com os equipamentos discriminados nos itens de “g” a j”.

10 – Elevar de quatro para cinco o número de livros didáticos oferecidos ao alunos das quatro séries iniciais do Ensino Fundamental, de forma a cobrir as áreas que compõem os Parâmetros Curriculares Nacionais.

11 – ampliar progressivamente a oferta de livros didáticos a todos os alunos das quatro séries finais do Ensino Fundamental, com prioridades para as regiões na quais o acesso dos alunos ao material escrito seja particularmente deficiente.

12 – Manter e consolidar o programa de avaliação do livro didático criado pelo Ministério da Educação.

- 13 – Substituir classes isoladas unidocentes por escolas de, pelo menos, quatro séries de forma a reduzir de 50% o número de estabelecimentos desse tipo existentes.
- 14 – Associar as classes isoladas unidocentes remanescentes a escolas de pelo menos, quatro séries completas.
- 15 – Prover transportes escolar nas zonas rurais, quando necessário, através da colaboração financeira entre a União , Estados e Municípios, de forma a garantir a escolarização dos alunos e o acesso à escola por parte do professor.
- 16 – Garantir , com a colaboração entre a união, Estados e Municípios, o provimento da merenda escolar e a elevação progressiva dos seus níveis calóricos e protéicos.
- 17 – Universalizar, em três anos, a instituição de conselhos escolares de órgãos equivalentes nas escolas, a fim de assegurar a participação da comunidade na gestão escolar.
- 18 - Assegurar a autonomia das escolas, tanto no que diz respeito ao projeto pedagógico como em termos de recursos financeiros públicos suficientes para a manutenção do cotidiano escola.
- 19 – Valorizar a participação da comunidade na gestão, manutenção física e melhoria do funcionamento das escolas, incentivando o trabalho voluntário, se eximir o Poder Público das suas obrigações constitucionais.

- 20 - Ampliar, dentro de cinco anos, o Ensino Fundamental obrigatório para nove séries, com início aos seis anos de idade.
- 21 - Assegurar, dentro de três anos que a jornada escolar dos alunos dos cursos diurnos compreenda, pelo menos, 20 horas semanais de efetivo trabalho em sala de aula.
- 22 - Eliminar, dentro de três anos a existência, nas escolas, de mais de dois turnos diurnos e um noturno, sem prejuízo do atendimento da demanda.
- 23 - Ampliar progressivamente a extensão da jornada escolar, de forma a permitir a implantação, em 10 anos, de um turno único em todas as escolas, que abranja, pelo menos, o período da 9 às 16 horas.
- 24 - Estabelecer, em dois anos, a reorganização curricular dos cursos noturnos, de forma a adequá-la às características da clientela e prover a eliminação gradual da necessidade de sua oferta, a não ser no caso da Educação de Jovens e Adultos e de classes de aceleração de aprendizagem.
- 25 - Dotar as escolas, gradualmente, de profissionais que ofereçam suporte pedagógico às atividades dos docentes, cumprindo funções de direção, orientação, coordenação e planejamento da ação educativa.
- 26 - Integrar as atuais funções de supervisão e inspeção ao sistema de avaliação e auto-avaliação da instituição escolar.

- 27 – Observar as metas estabelecidas nos capítulos referentes à Formação de Professores, Educação Especial, Educação a Distância, Financiamento e Gestão, no que diz respeito à Educação Fundamental.

ETAPAS DA CONSTRUÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

Por ser uma construção democrática a elaboração do projeto envolve todos os segmentos que atuam e se relacionam com a escola. É pois, um processo participativo.

“A seguir são indicadas as etapas do processo de elaboração de alguns itens que os compõem. Não há a intenção de esgotá-los nas esses modificam de acordo com a realidade de cada escola.

1 – Diagnóstico da situação- levantar, dentre outros:

- Infra-estrutura física (o prédio, o terreno, salas de aulas, de professores, dirigentes, salas especiais para biblioteca, laboratórios , multimeios, depósitos, refeitório, local para receber pais e responsáveis, iluminação, ventilação, espaço para recreio, banheiros, mobiliário para alunos, professores e pessoal técnico-administrativo, rede de água, luz e esgoto, linhas telefônicas, tomadas e fiação que permitam o uso das novas tecnologias em todas as salas, ou pelos menos, nas salas de aula, horta, jardim);
- Indicadores pedagógicos (analisar a evolução das matrículas, notas dos alunos, especialmente a média estatística em Português e em matemática, taxas de evasão, de repetência, de absenteísmo, nível de utilização da biblioteca e número e tipo de livros novos que deram entrada no último ano);
- Recursos materiais e didáticos tecnológicos (material de expediente e consumo, acervo da biblioteca, fita de vídeo, softwars, CD rom, equipamentos de cozinha, jardinagem e segurança, mimeógrafo, televisão,

vídeo, computador, quadro giz, copiadora, fax gravadores, antena parabólica, apólices de seguros dos equipamentos, contratos de manutenção de equipamentos e consertos em geral, etc);

- Recursos humanos (ouvir professores pessoas técnico administrativo e de apoio, conhecer as dificuldades técnicas, colher sugestões e expectativas de pessoais e profissionais, descobrir áreas de habilidades específicas e de interesse, etc);
- Recursos financeiros (levantar fontes de recursos da escola: secretaria de educação, MEC – como o programa Dinheiro na Escola – contribuições da caixa escolar ou associações de pais e mestres – lembrando que a escola pública não pode cobrar mensalidade – de organizações não governamentais, da comunidade, procura identificar fontes alternativas de apoio);
- Entorno da comunidade (descobrir o potencial da comunidade, artistas, políticos, pessoas que conheçam a história da localidade, jornalistas e outros profissionais que possam contribuir com idéias para o projeto, mesmo que não tenham filhos na escola, outras escolas, faculdades, universidades, hospitais, comércio clubes, associações, parques, praças, museus, bibliotecas, templos religiosos, escolaridade e renda do bairro e arredores, etc),
- Projetos já desenvolvidos e em desenvolvimento pela escola, com análise crítica e de resultados e impactos.

2 – Definição de objetivos e metas: discutir objetivos (cognitivos, habilidades e atitudes) e metas nacionais, regionais, estaduais, municipais, harmonizando-os

e acrescentando a eles outros que atendam à realidade da escola e de sua comunidade;

3 – Escolha das estratégias: levantar quais os pontos fortes e fracos da escola, identificar o que pode ser melhorado, o que deve ser mudado, apontando o que pode feito internamente, o que pode ser resolvido com parcerias firmadas com a comunidade ou entorno da escola.

4 – coordenação dos diferentes profissionais, área e projetos, zelando sempre pela unidade de ação da escola e pela primazia do pedagógico sobre as ações assistenciais;

5 – Estabelecimento de cronogramas e prazos para implementação das ações determinando o que pode ser alcançado em curtíssimo, curto, médio e longo prazo. Incluir o período para a primeira avaliação do projeto pedagógico;

6 – Implementação do projetos;

7 Acompanhamento e avaliação”⁴

⁴ SILVA, Eurides Brito da. A educação pós – LDB. São Paulo: Pioneira, 1998.

OS SISTEMAS DE CICLOS

Na escola Sagarana a educação escolar se organiza em três ciclos: básico, intermediário e avançado – “ não deve ser entendida como simples ajuntamento das antigas séries escolares em espaços de tempo mais longos”⁵⁸. No intuito de organizar a escola no mesmo ritmo do desenvolvimento humano infância, pré adolescência e adolescência.

No ciclo básico as crianças estarão entre 7 e 9 anos. Onde os conhecimentos adquiridos com o seu grupo são mais valorizados. Essas experiências são incorporadas à outros conhecimentos relacionando o mundo natural com o mundo humano.

Se ao final do 1º ano escolar a criança não conseguiu vencer todos os obstáculos nada impede que no ano seguinte continue o trabalho de onde ela parou e não é fator impeditivo para que desenvolva e adquira outros conhecimentos e habilidades.

No ciclo intermediário (pré- adolescência) na faixa etária de dez a doze anos , levando-se em conta que os alunos (pré-adolescente) já se encontram em processo de amadurecimento intelectual que lhes permite lidar com conceitos de maior nível de abstração. Dessa forma tudo que foi trabalhado no ciclo básico, inclusive o que há no mundo material, pode ser traduzida em conceitos abstratos direcionadas para estudos específicos de certas disciplinas e demonstrar que os conhecimentos são meios para a formação física, psíquica, intelectual e moral.

⁵⁸ GOVERNO DE ESTADO DE M.G – Secretaria de educação organização do tempo escolar na escola Sagarana – O tempo escolar – 1º fascículo.

No ciclo avançado (ciclo – adolescente) corresponde as faixas entre 13 e 14 anos. São pessoas com amadurecimento psíquico, intelectual, moral, social mais desenvolvido mas estão em plena fase de efervescência, em busca de aventuras tanto físicas como intelectuais. Este é um momento onde a autonomia pode ser explorada e incentivada. O aluno deve produzir textos analisando e discutindo experiências vivenciadas das mais simples as mais complexas, isso tudo com o objetivo de fazer com que o aluno alcance e relacione o que aprende diariamente com os conteúdos desenvolvidos na escola.

De forma geral o sistema em ciclo deve cumprir alguns conteúdos, porém esses só serão alcançados de acordo com o amadurecimento da criança. Nesse sentido o que se almeja é primeiramente respeitar as condições de aprendizagem e o limite do aluno e que este prossiga em sua jornada escolar, cumprindo todos os ciclos e que apenas aos final do 3º ciclo ele seja retido caso não atingir todos os conhecimento necessários.

A AVALIAÇÃO NOS CICLOS

A avaliação no sistema de ciclos busca realizar uma ação avaliativa de processo, formativa e que intervenha continuamente no processo de conquista do conhecimento, uma avaliação que sustente uma progressão contínua de todos.

O objetivo não é utilizar a avaliação como sistema de repressão, é utilizar da nota alcançada um “passaporte” para a série seguinte. Mas abranger todo desenvolvimento do aluno de forma integral. “ Na perspectiva de ciclos, podemos entender o processo de avaliação como uma estratégia para melhor

acompanhar o desenvolvimento contínuo e progressivo do aluno. Essa opção descarta a avaliação punitiva, mas não favorece a promoção automática do aluno, independente do seu desenvolvimento. A progressão continuada tem um compromisso com a construção de competência e habilidades”².

² GOVERNO DO ESTADO DE M.G – Secretaria de educação – Organização do tempo escolar na escola Sagarana – Avaliação 3º fascículo.